

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CECÍLIA STEPHLLAY MARANGONI

**O SALDO DA COPA DO MUNDO:
Os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera - São Paulo**

**FRANCA
2017**

CECÍLIA STEPHLLAY MARANGONI

O SALDO DA COPA DO MUNDO:

Os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera - São Paulo

Dissertação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

FRANCA

2017

Marangoni, Cecília Stephllay.

O saldo da Copa do Mundo : os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera – São Paulo / Cecília Stephllay. Marangoni. – Franca : [s.n.], 2017.

90 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Gustavo José de Toledo Pedroso

1. Comunidade urbana - Desenvolvimento. 2. Copa do mundo (Futebol). 3. Serviço social. I. Título.

CDD – 307.760981

CECÍLIA STEPHLLAY MARANGONI

O SALDO DA COPA DO MUNDO:

Os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera - São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

1º Examinador: _____
Profª Drª Raquel Santos Sant’Ana – FCHS/ Unesp

2º Examinador: _____
Profª Drª Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz – UNIFESP

Franca, 16 de janeiro de 2017.

*Dedico ao Thiago, meu amor, por sempre ser o melhor
companheiro de todos.*

*E ao meu filho Vinícius que me mostra todos os dias como é
simples o amor.*

Tudo é sempre por vocês!

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são, sem dúvida, uma das melhores partes de escrever na dissertação, não só porque é a última coisa que se escreve, e isto significa que você conseguiu acabar, mas, porque é o momento de se lembrar das grandes pessoas que esteve contigo todo este tempo, e de quantos amigos incríveis você tem. De antemão agradeço a todos que passaram pela minha vida nestes últimos anos e deixaram uma marca, um aprendizado, um momento e uma ajuda.

Quero começar me lembrando de tudo que passei nestes últimos três anos e que não me esquecerei jamais, lembrar das grandes pessoas que perdi. Em 2015 perdi meu pai, José Carlos, que sem dúvidas deixou sua marca em mim, em minha personalidade, em minhas memórias, em meus valores. É muito estranho lembrar da minha infância e saber que não tem mais sua presença física, mas sempre terei você em mim, em meus traços e nesse gênio que herdei. Te amo.

Quero agradecer a outra grande pessoa que perdi, em 2016 minha querida tia Néia nos deixa, e abriu-se mais uma lacuna em nossa família, tia você sempre será presente em nossas vidas, e sempre falarei de ti para o meu filho, a quem a senhora adotou como neto. Te amo. Em outubro de 2016 perdemos um outro membro especial em nossa família, vá em paz tio Zezinho.

“Que a saudade é o pior tormento. É pior do que o esquecimento. É pior do que se entrevar”

Quero agradecer a minha mãe a quem devo minha sobrevivência e sempre o apoio aos estudos. Muito obrigada por ter segurado as pontas até aqui e por ser sempre presente na vida do meu filho. Te amo

Agradeço imensamente a Raquel e a Helo, pessoas sem as quais não teria conseguido nem metade do que consegui. Sei que um simples obrigado não expressa a gratidão que tenho por vocês, pelos conselhos, por me ouvir e nunca se recusar a ajudar, sempre. Me sinto uma felizarda de ter cruzado a vida com vocês.

Quero agradecer a família do meu marido, Dona Dora, vó, seu Dilo, vô e a Valéria, tia, pessoas de coração enorme que me receberam em sua casa tão bem que não saio mais de lá. Família que ganhei e que amo demais.

Quero agradecer a minha família em geral, em especial aos meus primos Joyce, Jonas (compadre) e Juliana, por sempre estarem presentes em casa com boas

conversas, boa música e boa comida, quero sempre a presença especial de vocês em minha vida.

Agradeço a família que escolhi, meus amigos que sempre posso contar. Agradeço a Christiane, sempre prestativa e amiga, obrigada Chris por tudo até aqui, sua presença deixa sempre uma energia boa.

Agradeço a Nicole, minha comadre, pessoa que escolhi para ser madrinha do meu filho pois sei que com ela não tem tempo ruim, sempre posso contar para tudo que precisar, obrigada amiga.

Agradeço a Nayara, uma amiga, uma guerreira, admiro muito sua força na luta contra toda as injustiças, admiro você.

Agradeço as minhas companheiras de sala de aula na graduação e que me fizeram tanta falta no mestrado e no meu dia a dia. Assim, obrigada Daniele, minha preta, mandona e amigona. Obrigada minha amiga Letícia, sempre muito afetuosa e atenciosa, principalmente com meu neném Vinícius. Obrigada Natasha, mesmo morando longe sempre presente e sempre tão bem-vinda, Obrigada Fabiana, bexiga, sempre tão gentil.

Obrigada Micaela, minha companheira no mestrado, pessoa de garra e muita luta, que sempre será bem-vinda em minha casa também. Enfim, essas assistentes sociais de muita garra e luta, muito orgulho de vocês.

Agradeço aos sambas em minha casa, Raul, Gordines e Maria Clara, sempre promovendo grandes cantorias que gosto tanto (talvez meus vizinhos não gostem muito, ou sim né?)

Agradeço a nova geração da Unesp, Amanda Preta, sempre presente e sempre tão sensata, Amanda Branca, sempre uma boa conversa, a Mayra, Elvis, Jenyara. Agradeço, sempre, ao grupo NATRA, por me proporcionar um convívio com quem mais luta nesta vida: os trabalhadores rurais. Por fim quero agradecer a todos que compõem a luta por um mundo mais justo da Unesp Franca que tive a honra de conhecer.

Agradeço ao Prof. Gustavo, pelas ótimas conversas nas orientações. Agradeço a Sandra por estar sempre disposta a ajudar e sempre indicar leituras.

Agradeço a Edvânia, por sua ótima contribuição em minha banca de qualificação e pelas ótimas aulas durante a graduação. Igualmente agradeço a Onilda que foi presença marcante na minha formação.

Agradeço ao financiamento da CAPES, da qual pude me dedicar a terminar a dissertação, inclusive fazer matéria em outra universidade.

Por fim quero agradecer as duas pessoas mais importantes na minha vida. Thiago, meu companheiro sempre tão compreensível e amável, tenho sorte de te ter ao meu lado, obrigado por partilhar seus sonhos comigo. Ao meu filho Vinícius, meu pequenininho de um ano que comanda toda a casa, toda a minha vida e todo meu amor, obrigada meu filho por me mostrar só um sorrisinho seu que minha missão nesta vida é te amar. É por vocês que termino este trabalho, vocês me dão a força que preciso para seguir adiante. Amo vocês.

*[...] o canto era sangrando
Nosso povo na desgraça
O governo brasileiro quer o extermínio da minha raça
Democracia é farsa, o boi disfarça
Sistema cabeça de vidro chuva de granizo mata
Eu acredito no futuro vem sonhar comigo
Sonho que se sonha junto edifica o paraíso [...]
Vejo vários anjos de uma asa só voando junto
Solidariedade é tudo
Os ricos ficam putos
Não quer ver o amor prevalecer
Vendem a foto mas, escondem os propósitos de Che
Ei você meu bem querer meu encanto
Meu segredo mais sagrado, lenço que enxuga meus prantos
É você que me inspira
É você que me comove
Por você periferia que meu coração se move
Ei você que acredita no futuro
Pega a foice e o martelo, rasga as cercas, rompe os muros
Sonho que se sonha junto tem valor
Nem Freud explica
Sonho que se sonha junto é vermelho
É comunista[...]
Fracassado é quem não luta, derrotado é quem se esconde, sonho meu vai buscar
quem mora longe, o detento, a prostituta, o mendigo sonhador
Sonho que se sonha junto edifica o amor
(Sonho que se sonha junto – Gíria Vermelha)*

MARANGONI, Cecília S. **O saldo da Copa do Mundo: os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera – São Paulo, 2017.** 91 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

A cidade moderna, tal qual conhecemos, tem seu desenvolvimento iniciado com os processos de industrialização. Ela desenha-se a partir de seus atributos culturais, comerciais, políticos e econômicos. Nesse sentido, o solo urbano torna-se local de disputa e geração de lucro o que acarreta a mercantilização dos espaços. Mediante tal fenômeno, tem-se materializada nos espaços urbanos, uma disputa que ultrapassa o campo simbólico – a luta de classes. Em questão urbana, denomina-se tal conjuntura como apontando para a segregação sócio espacial. Quando a cidade congrega regiões díspares, com atributos diferenciados relativos a condições mais dignas de vida, e em tal função seu valor cresce exponencialmente, a luta em solo urbano torna-se expressão da questão social, condicionando aqueles que vivem do trabalho, e conseqüentemente com rendas salariais inferiores se aglutinarem em torno ou em regiões afastadas onde a condição digna de vida permanece aquém da qualidade. Esse cenário é latente na cidade de São Paulo, que mesmo sendo a maior metrópole da América Latina apresenta índices altíssimos de insalubridade e déficit habitacionais. É por este caminho que essa pesquisa se debruça sobre uma análise que corresponda em quais sentidos a vida e a rotina dos moradores de Itaquera, Zona Leste de São Paulo foram prejudicadas em função das obras para Copa do Mundo em 2014.

Palavras-chave: Serviço Social. questão urbana. Copa do Mundo.

MARANGONI, Cecília S. **O saldo da Copa do Mundo: os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera – São Paulo, 2017.** 91 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

ABSTRACT

The modern city, as we know it, has its development begun with the processes of industrialization. It draws from its cultural, commercial, political and economic attributes. In this sense, the urban soil becomes a place of dispute and profit generation, which leads to the commodification of the spaces. Through such a phenomenon, it has materialized in urban spaces, a dispute that goes beyond the symbolic field - the class struggle. In urban question, it is called such conjuncture as pointing to the socio-spatial segregation. When the city congregates disparate regions, with differentiated attributes relative to more dignified conditions of life, and in that function its value grows exponentially, the struggle in urban soil becomes an expression of the social question, conditioning those who live from work, and consequently with Lower wages come together around or in remote regions where the dignified condition of life remains below quality. This scenario is latent in the city of São Paulo, which, although being the largest metropolis in Latin America, has extremely high rates of unhealthiness and housing deficits. It is on this path that this research focuses on an analysis that corresponds in what sense the life and routine of the residents of Itaquera, East Zone of São Paulo were hampered due to the works for World Cup in 2014.

Keywords: Social Work. urban question. World Cup.

LISTA DE SIGLAS

ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COI	Comitê Olímpico Internacional
COMUNAS	Comunidades Unidas
CID's	Certificados de Incentivos ao Desenvolvimento
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i> (Grupo Separatista do País Basco)
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i> (Federação Internacional de Futebol)
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviço
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PIB	Produto Interno Bruto
PMH	Planejamento Municipal de Habitação
PPP's	Parcerias Público-Privadas
Sehab/SP	Secretaria de Habitação de São Paulo
Sinaenco	Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SPCOPA	Comitê Integrado de Gestão Governamental Especial para a Copa do Mundo de Futebol de 2014
Unesco	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 DA CIDADE ANTIGA A CIDADE DA SEGREGAÇÃO URBANA.....	16
1.1 A cidade antiga.....	16
1.2 A cidade após a Revolução Industrial.....	17
1.3 A cidade Moderna	20
1.4 A questão urbana no Brasil.....	24
1.5 Marcos regulatórios da questão urbana no Brasil	27
1.6 A cidade de São Paulo.....	29
1.6.1 A Zona Leste de São Paulo.....	34
1.6.2 O Bairro de Itaquera	35
CAPÍTULO 2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E AS CIDADES.....	37
2.1 A origem dos jogos Olímpicos na Grécia Antiga	37
2.2 Os jogos Olímpicos modernos	38
2.3 A invenção da Copa do Mundo	40
2.4 A Copa do Mundo e a cidade	42
2.5 Experiências de intervenções urbanas	44
2.6 A construção da Copa do Mundo no Brasil em 1950.....	46
2.7 A campanha “Pra frente Brasil” nos anos 1970	48
2.8 A Copa do Mundo no Brasil 2014	50
2.9 A negação da Copa do Mundo em junho de 2013	51
CAPÍTULO 3 CONTRADIÇÕES NO PERCURSO: A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO.....	55
3.1 A escolha de São Paulo como sede para Copa do Mundo.....	55
3.2 As construções à luz da parceria público-privada.....	58
3.3 A construção da Arena Itaquera	60
3.4 Um histórico da parceria público-privada no Brasil.....	62
3.5 PPP's e questão urbana no Brasil	64
3.5.1 O problema da especulação imobiliária.....	65

3.6 E o direito à cidade em Itaquera?	69
3.6.1 <i>A resistência em Itaquera.....</i>	72
3.6.2 <i>Dois casos: a Viela da Paz e a Copa do Povo</i>	74
3.7 O saldo da Copa do Mundo na visão da ANCOP	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

Observar a cidade moderna é como olhar as contradições do capitalismo. Por um lado, vemos o luxo, o conforto, com uma bela paisagem visual, com árvores, parques, grandes shoppings, fontes, ruas iluminadas, jardins, fartura, escolas boas para os filhos, melhores hospitais, tudo em mãos, ou se não tiver poder manda buscar. Por outro lado, lá bem distante, ou em um núcleo fechado, vemos barracões, casas de pau-a-pique, sem muito espaço um das outras, rua sem iluminação, ou até mesmo sem asfalto, sem parques, talvez um campo de futebol na terra mesmo, ou na rua com os chinelos servindo para demarcar o gol, mercadinhos pequenos e sem muita estrutura, lugar onde quem não mora lá diz ser perigoso ir até lá. A cidade moderna é uma cidade dividida, entre quem pode e quem não pode consumi-la. É na desordem e na gama de informações que constituem a cidade, que o ser humano afirma sua cultura e delinea as relações sociais. A realidade urbana é dominada, tanto no plano das ideias quanto na materialidade, de grandes concentrações de pessoas, riquezas, cultura, patrimônios, desigualdades, afirmações ideológicas e poder. “Hoje a cidade é o local de reprodução da força de trabalho. A cidade é o local de viver.” (VILLAÇA, 1986, p. 39).

A vida na cidade sintetiza-se no habitat, local onde todas as classes sociais residem, mas não dividem o mesmo espaço. É na concretude urbana que se definem as relações sociais, onde os indivíduos exercem seus direitos, se formam e se criam. É neste cenário que o trabalho, eixo central na vida e nas relações sociais, influi contraditoriamente na formação dos indivíduos. É a cidade que concentra as ofertas de trabalho, *lócus* que relaciona, dialeticamente, todas as mediações necessárias à vida como a moradia, saúde e a educação. A cidade é, portanto, um dos cenários da luta de classes.

Segundo autores da área de Serviço Social (IAMAMOTO, 2006) a questão social tem sua gênese no embate entre o capital e trabalho no período de ascensão e estabelecimento do modo de produção capitalista. Entendemos a questão social como “[...] conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura.” (IAMAMOTO, 2006, p. 27). Portanto, o processo de desenvolvimento da cidade, quando paralelo à consolidação do capitalismo, endossa o agravamento da questão social. Apreender como a cidade se desenvolve através da ofensiva capitalista, é processo de desvelamento da realidade social.

O modo de vida, produção e reprodução social está envolto a uma onda de diversas formas das mazelas sociais ocasionadas pela apropriação e expropriação da riqueza socialmente distribuída, como a fome, miséria, violência, desemprego, crescimento das favelas, e o surgimento de muitas outras problemáticas (que não podem ser vistas como problemas dos indivíduos). Essas questões vão ser genericamente, o objeto do Serviço Social, a profissão se apropria e precisa compreender.

A desigualdade social parte do processo que opõem o capital e o trabalho, onde a riqueza produzida por parte dos trabalhadores é tomada pelos capitalistas. A cidade é um dos cenários onde se materializa a opressão vinda deste processo, que ao desenvolver-se resulta no lucro de classes abastadas e na escassez de recursos ao trabalhador que está imerso nas regulações do modo de produção capitalista. Nesse sentido a sociedade moderna e conseqüentemente os ditames do capitalismo, ao terem reificado os elementos culturais e atribuído valor às garantias de vida como a habitação, a saúde, a educação, etc. dinamizam o imperativo do lucro, tornando a subsistência uma mercadoria. Calcada em tais pressupostos, analisa-se como a cidade tornou-se também uma forma de negociação, sendo ao mesmo tempo palco da desigualdade e também partícipe nesse processo.

Este trabalho tem como por objetivo identificar como os megaeventos que ocorreram no Brasil, em especial a Copa do Mundo, contribuem para a intensificação da segregação urbana, tendo como *lócus* o bairro de Itaquera na Zona Leste de São Paulo. Essas obras têm grande impacto social aos moradores que, por se tratar de área periférica abriga grande parte da classe que vive do trabalho da cidade de São Paulo.

A presente pesquisa se ancora no método materialista histórico dialético trazido por Marx em que se expressa/sistematizada na afirmação de Lefebvre (1972, p. 38), o “[...] pensamento materialista e dialético consegue apreender a dupla determinação do processo, a saber: historicidade e práxis, portanto apreende a sua complexidade, as suas diferenças, conflitos e contradições.” Tal método, portanto, tem a sociedade burguesa como objeto de estudo sendo que seu método oferece a possibilidade de análise da sociabilidade humana, fundamentando-se na base ontológica do homem que é o trabalho.

O método de Marx, cabe lembrar, que explora de forma profunda a dinâmica da realidade concreta, visível e invisível aos olhos, busca desta forma, o desvelamento da sociedade a partir de aproximações com a o movimento do real.

Desta forma, para além de uma constatação iremos entender um pouco de sua formação para dar a base do nosso estudo, entender a dinâmica social posta dentro das relações sociais estabelecidas em que atinge intrinsecamente a forma como a questão urbana se apresenta.

Em primeiro momento analisa-se de forma histórica como as cidades modernas se desenvolveram. Partiu-se da Revolução industrial e das primeiras cidades industrializadas na Inglaterra para analisar o impacto do advento das máquinas no desenvolvimento das cidades e de seus moradores. Para análise do processo de industrialização, fez-se uma retomada de como a classe trabalhadora da época se alocou nas nascentes cidades industrializadas, e como o desenho das cidades tem em comum com o mundo do trabalho, se relacionando de forma dialética. No primeiro capítulo também se tratou do desenvolvimento das cidades brasileiras em consonância ao desenvolvimento econômico e social do mundo. Atentou-se também acerca da legislação que resguarda o desenvolvimento urbano no Brasil. Para finalizar o capítulo apresentou-se um breve histórico do bairro de Itaquera, lócus desta pesquisa.

O segundo capítulo desta pesquisa analisou-se os megaeventos esportivos. Sua história e sua relação com o esporte e com a política. Discutiu-se os megaeventos esportivos mais atentamente no Brasil e neste caso, percebeu-se que as competições de grande magnitude têm impactos sociais e econômicos no país e em quais sentidos as parcerias público privadas, oneram o Estado – financiador de grande parte das construções para receber os jogos.

E por último o terceiro capítulo analisa-se o caso de Itaquera Zona Leste de São Paulo. Como a Copa do Mundo interferiu neste pequeno espaço caracterizado como periférico e com baixos índices de desenvolvimento econômico. Ainda, analisou-se como os movimentos sociais resistente e atuantes naquele local.

CAPÍTULO 1 DA CIDADE ANTIGA A CIDADE DA SEGREGAÇÃO URBANA

1.1 A cidade antiga

A cidade moderna, tal como conhecemos, tem seu início na industrialização e na consolidação do modo de produção capitalista. Entretanto, a cidade é preexistente a esse processo. Desde a Antiguidade, determinadas sociedades escolhiam certas regiões que ofereciam infraestrutura mínima para o desenvolvimento humano, e em seu interior surgiam toda uma organização responsável pela manutenção do trabalho e no estabelecimento comercial com outros povos.

Entre os gregos, por exemplo, já se percebia a necessidade de um espaço capaz de reunir as instâncias administrativas do lugar, além de a terra ir aos poucos perdendo seu sentido coletivo e desse modo tornar-se propriedade de alguém. A *pólis* grega surge das comunidades gentílicas no fim do Período Homérico (Séc. XII a.C – VIII a.C), nesse primitivo espaço de convivência, trabalho e produção eram compartilhados entre aqueles que ali habitavam. A organização social dos *genos* era dividida entre os “chefes de família”, o denominado *pater*, com a desagregação de tais comunidades os líderes que detinham maior posse de terras começaram a submeter o restante da população às suas designações, haja visto que o crescimento populacional e a mínima técnica para o cultivo da terra já não abastecia a todos. Sendo assim, já na Grécia Antiga a posse da terra vai diferenciando a população entre aqueles que a tinham por posse e aqueles que não, estes últimos tornavam-se trabalhadores, não raro, escravos. Esse contexto torna-se via de regra na Grécia e a necessidade encontrada em cada *geno* que não era suprida fez com que houvesse a reunião dessas comunidades, surge assim a *pólis*. Os *paters* tornam-se então as principais lideranças políticas na antiguidade e para que melhor fosse administrado o território dotam a *pólis* de localidades mais centrais, de fácil acesso a todos onde seriam discutidas e elaboradas as leis que controlariam o espaço. Como afirma Pezoti (2012, p. 25):

A cidade pré industrial já era o centro de grandes comércios, centro de poder e centro de conhecimento, formando grandes cidades capitais como “Babilônia, Roma, Antioquia, Alexandria, Cartago, Selêucida do Tigre, Changan e Constantinopla, sendo que algumas destas cidades superaram a marca de um milhão de habitantes.”

Com o decorrer do processo histórico a própria estrutura do que se entendia por cidade vai se transformando. O mundo feudal apresenta uma variedade do espaço urbano em função do próprio funcionamento de tal *modo-de-produção*. Os feudos tinham por essência uma estrutura baseada relações de vassalagem. Nesse sentido, a terra era o principal elemento envolvido nas negociações, por haver até então um regime servil, cabia ao camponês prestar serviço ao seu senhor sem nenhum anseio sobre a posse terrena, apenas com a obrigação de produzir para o abastecimento dos nobres e uma parca produção para si. O feudo se auto sustentava e por isso seus habitantes estabeleciam em seu interior as suas relações sociais, em suma é o feudo uma variação da cidade. Com o tempo aquilo que era produzido e não absorvido pela população feudal passou a ser negociado fora das propriedades estabelecendo um incipiente comércio entre diferentes feudos, essa passagem fez com que determinadas regiões passassem a ser identificadas pela prática da troca e compra de mercadorias, formavam-se desse modo os *burgos*, embrião também das cidades modernas, sobretudo ao que tangencia o caráter comercial do espaço urbano. Como nos lembra Lefebvre (2001, p. 11):

Houve a cidade oriental (ligado ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder seu caráter político, foi principalmente comercial, artesanal e bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômade, relegados para fora da cidade.

A cidade, desde sua gênese, possui a ideia de centralidade, ou seja, era necessário um espaço capaz de reunir os principais líderes, atividades administrativas e comerciais, em síntese podemos afirmar: já na Antiguidade àquilo que estava ligado ao pensamento se concentra no centro, na cidade efetiva, o labor, por sua vez, fica mais afastado, formando no tempo a relação entre campo e cidade.

1.2 A cidade após a Revolução Industrial

Existe no desenvolvimento da cidade moderna uma intrínseca relação com o desencadeamento das mudanças provocadas pela Revolução Industrial. Henri Lefebvre (1972), na obra “O pensamento marxista e a cidade” problematiza a

importância que o espaço urbano adquire no século XIX, e de como a cidade ganha espaço no pensamento marxista. O autor mostra que um grande esforço de Marx foi perceber como a propriedade, representada pela propriedade fundiária, foi sinônimo de prestígio por parte de seus donos. Lefebvre afirma que há uma dosagem de personalismo envolta na relação existente entre o senhor feudal e sua terra. Com o advento da Revolução Industrial, a assimilação entre acúmulo de terra e prestígio altera-se. Mediante as novas formas de produção, necessariamente a terra precisa também gerar receita, e em dado momento da história que Lefebvre (1972) - buscando em Marx- localiza na primeira metade do século XIX, a terra passa também a ser uma mercadoria, que disputa espaço de acumulação junto da crescente indústria. O papel da cidade nesse contexto é ser palco de toda a metamorfose que circunda a organização da sociedade já industrial, e além, ser o local de residência dos operários que se aglutinam ao redor das fábricas em péssimas condições de vida.

Henri Lefebvre alega que Marx não se detém a minúcia de como a cidade se organiza, mas em um exercício de abstração, a cidade está presente em toda sua obra, pois as diferenças históricas que se colocam entre terra e capital, lucro e renda fundiária, etc se materializam no espaço urbano.

Esse processo transforma a vida na cidade. A mudança no modo de produção altera a relação que a antiga classe agrária mantinha com a terra. A Inglaterra é palco primordial para começar uma discussão sobre a mudança nesta relação. Engels (2008) descreve com precisão este processo de alteração, onde havia grande quantidade de tecelões, que tinham condições que arrendar um pequeno pedaço de terra e trabalhava nela para extrair suas necessidades. Não mantinham relação hierarquizada sobre seu trabalho. Não viviam sob pressão.

Após a Revolução Industrial, essa antiga classe agrária passou a ser os operários das nascentes indústrias instaladas nas cidades. Isto porque o sustento não era mais garantido pelo trabalho agrário, nem pelos pequenos tecelões domésticos, que se viam substituídos pelas máquinas a vapor e pelas máquinas destinadas a trabalhar com o algodão.

A Revolução Industrial atrai um grande contingente de trabalhadores dependentes das fábricas. Aglomeram-se em torno das fábricas essa nova classe, a classe operária. O "inchamento" urbano levanta a questão das disposições desses trabalhadores nos espaços dos nascentes centros urbanos, pois a hierarquização e a

precária condição dos operários dessa época refletem-se no desenho e no desenvolvimento das cidades industriais. Pois,

A veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas emigraram para as cidades – a população cresceu rapidamente e quase todo o acréscimo ocorreu na classe dos proletariados [...] surgiram assim as grandes cidades industriais e comerciais do Império Britânico, onde pelo menos três quartos da população fazem parte da classe operária e cuja pequena burguesia se constitui de comerciantes e pouquíssimos artesãos. Adquirindo importância ao converter instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas, a nova indústria transformou a classe média trabalhadora em proletariado e os grandes negociantes em industriais; assim como a pequena classe média foi eliminada e a população foi reduzida à contraposição entre operários e capitalistas [...] Ao mesmo tempo, com a supressão do antigo artesanato e com o aniquilamento da pequena burguesia, desapareceu para o operário qualquer possibilidade de torna-se burguês. Até então sempre lhe restava a chance de instalar-se em algum lugar como mestre artesão e talvez contratar companheiros; agora com os mestres suplantados pelos industriais, com a necessidade de grandes capitais para tocar qualquer iniciativa autônoma, o proletariado tornou-se uma classe real e estável da população, enquanto antes não era muitas vezes mais que um estágio de transição para a burguesia. Agora quem quer que nasça operário não tem outra alternativa senão a de viver como proletário ao longo de sua existência. Agora, portanto, pela primeira vez, o proletariado encontra-se em condições de empreender movimentos autônomos. (ENGELS, 2008, p. 59).

A cidade moderna remota desde a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, e com isso passado do sistema feudal para o modo de produção capitalista. Institucionaliza-se a “política de *cercamentos*” das terras, delimitando as propriedades privadas, que segundo Hobsbawm (2004, p. 22),

[...] uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopoliza a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior, ainda estava para ser removido pelos decretos das cercas (Enclosure Acts) e as transições particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um “campeinato britânico” da mesma maneira que um camposinato Russo, Alemão ou Frances. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado.

As terras que serviam para a coletividade dos camponeses tiveram suas funções reformuladas, assim como a relação entre o trabalhador camponês com o

modo de produção. A mão de obra na terra se torna “escassa”, e estes trabalhadores migram às cidades, havendo uma grande demanda de trabalhadores que muitas vezes não era suprido pelo ofertado nas fábricas. Ou seja, muitas vezes, esses trabalhadores não conseguiam empregos, que geralmente se davam no setor fabril, pela procura ser maior que a oferta, criando um “exército industrial de reserva”¹.

A industrialização consolida o sistema capitalista e seu modo de produção, e o espaço urbano modifica sua organização e as relações em seu seio social. Isso causa, conseqüentemente, vários entraves causados pelo embate capital *versus* trabalho, que geram as várias expressões da questão social.

1.3 A cidade moderna

O trabalho deve ser entendido como fundante na sociabilidade burguesa. Em análises marxistas, o trabalho ocupa eixo central nas relações sociais, desde o início do capitalismo moderno, final do século XVIII início do século XIX. O trabalho ocupa uma dimensão coletiva, caráter preponderante nas relações sociais, assim constitui o homem enquanto ser social. No capitalismo o homem é usurpado dos modos de produção sendo condicionado a vender sua força de trabalho para a sua sobrevivência. Este processo configura a opressão do capitalismo, pois o capital extrai a mais valia da produção do homem e o exclui da riqueza socialmente produzida. Esse processo, portanto, se configura em movimento dialético, pois o trabalho é a sua sobrevivência e sua opressão, alterando sua semântica nas relações sociais.

Atualmente vivemos uma alteração nas relações de trabalho mediante as determinações advindas das novas formas de sociabilidade do capital. A transição do que Ricardo Antunes (2000, p. 41) chama de binômio fordista/taylorista para o toyotismo representa grande impacto no modo de produção: o trabalho se configura em uma ação mecânica e repetitiva, sem atividade intelectual, no toyotismo exige-se do trabalhador uma especialização, o que acarreta, conseqüentemente, um grande aumento de desemprego, pois estes trabalhadores não correspondem as novas

¹ Ideia do exército industrial de reserva elucidada e exemplificada em Marx no O Capital: crítica da economia política. Marx (1996) explica que para o capitalismo garantir seu funcionamento enquanto sistema vigente, é preciso que parte da população ativa, isto é, que poderia trabalhar, esteja desempregada permanentemente, sustentando o processo de acumulação ao permitir o rebaixamento geral dos salários pagos e dificultar em certa medida, a organização dos trabalhadores como classe pelos seus direitos.

exigências. Podemos destacar três elementos do toyotismo que são: aprofundamento da divisão social do trabalho; a exigência de qualificação e formas levianas de incorporação do trabalhador com a empresa em um discurso integrador. Como síntese, o toyotismo em seu discurso integrador desloca a consciência de classe, aumenta o desemprego, desmobiliza a *classe que vive do trabalho*, promove um discurso meritocrático e coloca novas formas de expressão da questão social. Numa visão sociológica, não raro, encontramos a afirmação do fim do trabalho com a supressão do modelo fordista/taylorista, mas Ricardo Antunes (2000, p. 40) aponta que apenas redefine as formas de acumulação de capital, estando o trabalhador ainda na condição de explorado. Essa nova forma de organização do trabalho se coaduna a uma crise estrutural a partir dos anos de 1970, tendo por fim a supressão do *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social.

A crise estrutural, segundo Ricardo Antunes (2000, p. 37) tem vários elementos como: diminuição da taxa de lucro da empresa capitalista, tanto com o aumento da força de trabalho, valorização esta que advém de lutas sociais entre o fim da segunda guerra mundial e os anos de 1960; e o consumo diminuído devido ao desemprego estrutural com a eminência da crise e o esgotamento das formas de acúmulo natural no padrão fordista/taylorista. Como forma de superar a crise a medida foi aumentar a taxa de lucro para manter o sistema capitalista, e diminuir a intervenção do Estado que rompe com o modelo Keynesiano. Instaura-se o neoliberalismo.

O neoliberalismo constitui-se na diminuição da intervenção estatal no campo político-econômico-social, diminuição dos direitos sociais e ampliação do livre mercado. As privatizações e as terceirizações são marcos na política neoliberal. Como consequência o capital privado se amplia, alterando o funcionamento da sociedade. Agora, acirra-se o processo de exploração em busca do lucro, criam novas formas de precarizações à medida que criam novas formas de aumentar a mais valia, como o deslocamento de empresas em lugares onde a força de trabalho tem valor menor. Neste sentido, a instituição do neoliberalismo como forma econômica-política aprofunda a questão social, de uma vez que o Estado tem menos força de intervenção que o capital privado.

O Brasil, como país emergente, não se distancia deste cenário. A minimização da força de trabalho e o distanciamento de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza que vise melhorias reais para a classe trabalhadora deixam de estar

presentes na intervenção estatal. O que vemos no Brasil é uma população cada vez mais pauperizada e prejudicada.

Este cenário no mundo do trabalho e suas políticas que a regem tem grande influência no desenhar urbano. Quanto mais precário o trabalho, maior o distanciamento da efetivação do direito a cidade. O neoliberalismo reflete no planejamento urbano onde a intervenção cidadina passa a ser gerida por preceitos lucrativos, mercadológicos e o solo urbano passa a ganhar um valor maior para segmentos capitalistas (imobiliário, comercial, turístico e etc.). Além dos discursos ideológicos (que visam ser integradores) dissiparem a consciência de classe e desmobilizarem a população.

A reestruturação do sistema capitalista após a década de 1970 fez sentir seus efeitos até mesmo no desenvolvimento e planejamento urbanos. Até então, as possibilidades que tangenciavam estes aspectos levavam em conta uma diretriz racionalizada, calcada no acesso aos bens públicos, coadunados a política do *Welfare State*. É certo que esse cenário sempre foi majoritário nos ditos países de “primeiro mundo”, sobretudo na Europa, pois a América Latina sempre levou consigo uma segregação urbana ampla, com raízes em seu passado colonial de acúmulo de terras e sobreposição de poderes. O avanço do neoliberalismo como vertente política-econômica principal, ao ter como aliado na gestão pública a iniciativa privada fez emergir a ordem do lucro de forma denotada, excluindo do espaço urbano sua função social o que ampliou a espoliação urbana e a agudização da questão social.

Nesse sentido, muitos autores observaram como se delineou o desenvolvimento das cidades modernas, que tem em seu diapasão a primazia da “cidade empresarial”, como se fosse um “negócio” a ser administrado. A cidade deve assim, ter “boa aparência” para se vender, com atrativos e atributos. Os planejadores urbanos podem se valer de várias artimanhas como a cultura. Não raro vimos cidades turísticas que possuem como forma de atenção alguns elementos culturais, atribuídos como patrimônio. A competição entre as cidades também se faz como características empresariais, competição pelos holofotes, pela atração e, claro, por consumidores, desta dita “cultura”, como bem afirma Otília Arantes (2000, p. 47):

[...] a partir da desorganização da sociedade administrada no ciclo histórico anterior, cultura e economia parecem estar correndo uma na direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalista uma forma cultural entre outras rivais.

O que faz com que convirjam: participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios de eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo como sensação de cidadania, sabiamente induzidas através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentam a auto-estima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alcançado ao *status* de patrimônio, constituem, pois uma dimensão associada á primeira, na condição de isca ou imagem publicitária.

A desigualdade social, ou melhor, a desigualdade sócio urbana, é agravada diante desse cenário. A periferia passa a ser ainda mais discriminada. Todo atributo cidadão tem seu preço, a conseqüente valorização decorrente dos aparatos (tanto públicos quanto privados) afasta ainda mais a classe desfavorecida economicamente dos grandes centros urbanos bem equipados. O entorno da cidade é o destino de grande parte da população cidadina. Aos neoplanejadores a cidade passa a ser uma “mercadoria de luxo” (VAINER, 2000a, p. 83).

Portanto, a uma relação intrínseca entre o desenvolvimento da urbanização com a produção e reprodução do capital. O solo urbano passa a ocupar parte central na acumulação capitalista, onde o espaço passa a sucumbir o valor de uso que a cidade representa para a população – no sentido de morada, de local de trabalho, de encontros sociais, festas, parte primordial das relações sociais - ganhando seu valor de mercado, onde a ordem é gerar lucro – parte importante na lógica neoliberal.

A “tese” em questão nada mais é, portanto do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma de cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel [...]. (ARANTES, 2000, p. 26).

As renovações urbanas seguem o padrão neoliberal, onde a linguagem empresarial está em voga. O neoliberalismo tem grande influência no planejamento urbano, seus princípios são seguidos a risca, e seus discursos já são bem influenciáveis. A desigualdade, principal meio de manter a lógica capitalista, é importante parte do discurso neoliberal. O espaço urbano não está fora deste circuito, sendo as revitalizações urbanas feitas aos princípios da gentrificação.

O que se pode perceber nessa nova forma de se pensar a cidade é que a ideia do lucro se sobrepõe a necessidade do espaço urbano atender suas reais demandas. Os braços do capitalismo atuam por sobre a cidade transformando-a de acordo com as oportunidades mais rentáveis, seja a especulação imobiliária, sejam os processos de gentrificação, que em verdade se relacionam. A cidade se transforma em palco do embate entre capital e trabalho, e a cidade moderna se sobressai como exemplo claro do que é a ação do Capital sobre as formas de sobrevivência da população.

1.4 A questão urbana no Brasil

A questão urbana no Brasil remonta à chegada da Família Real, em 1808, data desse momento os primeiros ímpetus urbanísticos que previam a transferência de habitantes de áreas centrais para as zonas periféricas sob o mando de confisco de residências para assento da burocracia e da nobreza portuguesa vinda com o rei. Esse fenômeno ocorrido no Rio de Janeiro oitocentista agravou-se no decorrer do século XIX e possui correspondências com os fatos que marcaram a abolição da escravidão e todo o desenvolvimento da política social desenvolvida na transição do Império para República no Brasil.

Por volta de 1850 é aprovada, como nos lembra Marisa Saenz Leme (2008) a Lei de Terras, esse recurso jurídico mantém ligada à propriedade rural apenas a elite que já a detinha e dificulta o processo de aquisição de áreas e de qualquer lampejo de reforma agrária que pudesse favorecer o campesinato brasileiro ou os negros forros do Império do Brasil. Com o fim do regime escravista brasileiro parte da população negra que ocupava as lavouras através de serviços forçados se vê obrigada a deixar as regiões interioranas do Vale do Paraíba e migrar para as grandes cidades que já despontavam no Brasil, São Paulo ou Rio de Janeiro, iam acompanhados dos imigrantes europeus que também sem nenhum tipo de recurso vão tentar a vida nas cidades, há que se considerar que nesse período desloca-se para a região de Ribeirão Preto e para o Sul das Minas Gerais as principais zonas cafeeiras do Brasil. Assiste-se, dessa maneira na cidade do Rio de Janeiro, no limiar do século XX, uma forma de segregação do espaço urbano, o contingente migratório referido instala-se nas regiões centrais da cidade, entregues a toda forma de miséria, desestrutura e falta de oportunidades, suas moradias seriam os cortiços, apelidados

de “Cabeças de Porco”, objeto da reforma sanitária promovida pelo presidente Rodrigues Alves.

Aluísio de Azevedo, em “O Cortiço”, romance naturalista publicado em 1890, tenta representar a sociedade carioca que convivia com os percalços de um capitalismo incipiente e da propagação de ideologias embranquecedoras. O romance nos mostra como a residência coletiva tem natureza de *habitat* e por isso todos os indivíduos que vivem nesse local têm seus trejeitos, sua etnia e seus hábitos notados, sendo tais características físicas as responsáveis pelo caos que constituía o cortiço. Esse romance exprime valores postos na sociedade decadente do final do século XIX como as teorias raciais que viam na mestiçagem aleatória a degeneração do povo brasileiro, a ineficiência de um amparo republicano para com as camadas mais pobres e a ausência total do estado brasileiro em qualquer medida capaz de reformar urbanamente a cidade do Rio de Janeiro com vistas ao favorecimento das classes mais baixas.

Representações à parte nota-se que o problema urbano é histórico no Brasil e que desde sempre estão envolvidos aqueles que estão à margem do *modo-de-produção* capitalista. Na cidade do Rio de Janeiro os cortiços que são em nossa opinião os embriões das favelas foram destruídos com as reformas urbanísticas promovidas pelo prefeito Pereira Passos na primeira década do século XX. Passos executou um projeto urbano à exemplo do que fez o Barão de Haussman em Paris, interligou os subúrbios ao centro e as áreas litorâneas, alargou as avenidas principais da cidade, prevendo um tráfego intenso no decorrer do processo de amadurecimento urbano, mas sobretudo, limou das áreas mais bem localizadas toda a população pertencente a classes desfavorecidas e a empurrou para os subúrbios e para os morros todos aqueles que não tinham condições de penetrar na sociedade burguesa que se formava na capital do Brasil, aliás, fez sedimentar-se na área urbana àquilo que a caracteriza no capitalismo – a sua divisão sócioespacial.

No Rio de Janeiro os bairros que antes davam lugar às chácaras e sítios da aristocracia local, mais afastados do centro, foram aos poucos cedendo lugar aos loteamentos que abrigariam à classe trabalhadora, aquela que em meio a um processo desigual se inseriu na estrutura capitalista vendendo sua *força de trabalho* a baixo custo. Os demais, que em razão de ideologias raciais conviveram com os preconceitos e com o impedimento de até mesmo se formarem em qualquer área para ocupar um emprego menor, necessitaram subir os morros da cidade e lá instalarem

suas moradias precárias e viver das raras oportunidades que havia. Nessa nova ordem urbana que engendra o processo de criação das favelas os espaços vão passando a ter um valor, a cidade passa a ser um produto, nos moldes do que coloca Henri Lefebvre (1972) e se na primeira metade do século XIX ainda possuía traços de uma economia colonial, torna-se em pouco tempo um exemplo de espaço urbano que já serve a conformidade do capitalismo.

Em outras regiões do país, como nos lembra Pezoti (2012) a relação clientelista que se estabeleceu em torno da terra no Brasil fez que surgissem conflitos envolvendo camponeses e latifundiários, confirmando o tom patrimonialista que há sobre a terra no Brasil, por exemplo, os conflitos em Canudos ou na região do Contestado no Paraná, entre o fim do século XIX e a primeira década do século seguinte, todos duramente reprimidos pelo Estado brasileiro, quadro que se acentuou durante a Primeira República e durante o governo Vargas.

As oligarquias agrárias e a burguesia industrial responderam com repressão aberta contra a organização dos trabalhadores e, sob ameaça da ingovernabilidade, aprovaram as primeiras leis relacionadas à proteção do trabalho e, posteriormente, as leis que vinculam os sindicatos à estrutura do Estado. A estruturação de um parque industrial, com indústrias de pequeno e médio porte, gerou a migração da população do campo para a cidade e o crescimento das taxas de urbanização. O governo Getúlio Vargas utilizou-se de mecanismos estratégicos, que podem ser considerados uma repressão camuflada, na medida em que buscavam atenuar, com mediadas paliativas, os conflitos da relação capital/trabalho. (PEZOTI, 2012, p. 39).

Os ímpetos de industrialização nas primeiras décadas do século XX são parte importante do processo de urbanização brasileiro mediado pelo Capital industrial, pois conforme já foi comentado acima as cidades se organizaram socialmente no entorno das fábricas, seguindo um padrão também já visualizado na Europa. Ocorre que essa divisão mobiliza aqueles que estão desfavorecidos no processo de divisão do espaço urbano. Desse modo entre as periferias surgiram os principais grupos de reivindicação do direito à cidade - parte importante deste processo da questão urbana no Brasil - que posteriormente desafiaram a repressão da Ditadura civil-militar tanto para reivindicarem melhores condições de trabalho como também passaram a se queixar da ausência de infraestrutura cidadina, como creches, escolas, postos de saúde, lazer e cultura, etc. Dessa maneira, nas décadas de 1970 e 1980 amadurece no Brasil a militância em torno da questão urbana, as lutas em tal âmbito foram sem dúvida

produtivas na luta pela redemocratização, período que amalgamou as tensões geradas da luta construída por moradores da periferia das grandes cidades e que foram acopladas no processo de construção da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

1.5 Marcos regulatórios da questão urbana no Brasil

O fim do regime militar trouxe à público grupos que antes permaneciam isolados na luta política e que tinham suas vozes reprimidas pelo estado brasileiro. Tais vozes foram fundamentais na idealização de uma nova constituição para o Brasil

Bandeiras de lutas que defendiam os interesses populares emergiam dos mais diversos fóruns de debate e articulação de entidades e movimentos, comitês, plenários pró-participação popular na Constituinte, criando um novo significado nas relações entre o campo jurídico-institucional e os movimentos sociais. (SILVA, 1991, p. 5).

A Assembleia Nacional Constituinte instalou-se após eleições em 1986 e nos dois anos subsequentes os deputados eleitos tiveram como tarefa organizar uma constituição democrática para o país. Os dois anos subsequentes, até a publicação final em 1988, foram permeados por disputas de diversos grupos ligados à política brasileira, desse modo, lutaram por representatividade grupos militantes, antes sufocados pelo regime militar como também velhos oligarcas, autênticos representantes do capitalismo brasileiro que também brigaram por seu quinhão e pela manutenção das desigualdades. Como nos lembra Rosângela Pezoti (2012, p.41), em Março de 1987 foi incorporado ao regimento interno da Constituinte uma “iniciativa popular legislativa” que previa uma voz mais ativa na elaboração das leis. Desse canal de comunicação organizou-se o “Fórum Nacional de Reforma Urbana” que reunia as demandas relativas à cidade já postuladas desde a década de 1960, a arquiteta e professora da Universidade de São Paulo, Ermínia Maricato, foi porta-voz do grupo. De acordo com Pezoti (2012, p. 41), tal fórum tornou-se uma emenda popular que levava consigo:

[...] como aspecto central a função social da cidade que deve ser garantida pela justiça social e por condições de vida urbana digna, assegurados pelo direito urbano. Os direitos urbanos compreendem, além do acesso aos equipamentos e serviços básicos de moradia, transporte público, saneamento, educação, saúde, entre outros, também o acesso à gestão democrática das cidades e a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

Do espaço garantido pela militância na Assembleia Constituinte através do Fórum Nacional da Reforma Urbana, originou-se a Emenda Popular da Reforma Urbana que tinha por interesse fomentar a legislação sobre o direito à cidade. Esse contexto de luta por representatividade garantiu o capítulo “Da política urbana” reunindo os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Tais artigos descentralizaram a política urbana e deixaram-na sobre responsabilidade do Poder Municipal, as ações que viabilizam a organização da cidade seriam previstas no Plano Diretor dos municípios sempre atentando para função social do solo urbano.

No final de 2001, Fernando Henrique Cardoso, na ocasião Presidente da República, sanciona o Estatuto das Cidades, que em tese, executa o que estava previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Esse documento estabelece diretrizes para o desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana (PEZOTI, 2012, p. 45) tais como: garantia à moradia digna e a infraestrutura em seu entorno; gestão democrática do espaço urbano; cooperação entre instituições privadas e o poder público afim de organizar socialmente a cidade; oferta de transporte, lazer e cultura; uso adequado do solo; integração entre o campo e a cidade; políticas ambientais sustentáveis; responsabilidade sobre a cobrança de impostos e sobre sua aplicação em políticas públicas; e acesso à moradia para população de baixa renda.

Tais diretrizes não compõem exatamente um quadro de revolução urbana, mas garantem a existência de uma legislação capaz de controlar o crescimento das cidades e diminuir as expressões da desigualdade social em solo urbano, sobretudo pela insistência no direito à moradia digna. Nesse sentido, a criação do Ministério das Cidades já no governo Lula em meados de 2003 serve para cancelar a preocupação com o desenvolvimento humano das cidades, planejando-a criticamente, postulando a necessidade de meios de transporte racionais e eficazes, além da ampliação da infraestrutura e diminuindo os aspectos comerciais que circundam o solo urbano.

Foi no Projeto Moradia, divulgado em 2000, que o Ministério das Cidades foi formulado mais claramente. O Projeto Moradia foi elaborado por 12 pessoas, entre especialistas e lideranças sociais, convidadas por Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de uma ONG – Instituto Cidadania – que ele presidia. Após ouvir interlocutores de vários setores da sociedade, a equipe convidada formulou uma proposta – cuja redação final foi de Aloysio Biondi – da qual fazia parte a criação do Ministério das Cidades. (MARICATO, 2006, p. 215 apud PEZOTI, 2012, p. 50).

A criação do Ministério das Cidades não reflete apenas a militância nacional preocupada com a questão urbana, mas engloba todo um contexto mundial de preocupação com o desenvolvimento das cidades, de modo que o Brasil não se eximiu da responsabilidade de edificar um órgão fiscalizador capaz de acompanhar a construção de gestões democráticas em torno do controle municipal. Nosso trabalho mostrará em seu terceiro capítulo se efetivamente em nosso local de estudo vê-se a aplicação das políticas públicas da legislação preocupada com um desenvolvimento humano da cidade, tal como está previsto na Constituição Federal de 1988. Sabe-se de antemão, como previne Ermínia Maricato (2011), que a questão urbana não fora uma preocupação do Governo Lula, não nos moldes do que havia sido construído pela militância em torno do tema desde a década de 1970, tal governo teve, no entanto, um grande projeto de habitação (RUBIN; BOLFE, 2014)² “Minha casa, minha vida”, que ainda que tenha servido como recurso para que famílias de baixa renda conseguissem a casa própria, propiciou o enriquecimento de construtoras, alimentou a especulação imobiliária e a gestão democrática das cidades ficou em último plano. Tal assunto será retomado adiante.

1.6 A cidade de São Paulo

A província de São Paulo começa a ter importância no cenário econômico do país a partir do século XIX com a expansão do cultivo do café, principalmente no oeste paulista. Neste período São Paulo fazia a conexão entre produtores no interior, o porto de Santos e a capital do país, então Rio de Janeiro.

O cultivo do café transforma a cidade de São Paulo urbanisticamente e economicamente. Neste período a indústria³ começa a se desenvolver e a cidade é um grande chamativo para trabalhadores imigrantes. Urbanisticamente a cidade é dotada de vários facilitadores industriais, tais como: ferrovias, transporte público e uma grande expansão do comércio.

² Sobre o tema ver: Rubin e Bolfe (2014).

³ Indústrias que se desenvolveram neste período: “[...] a atividade industrial produtora de equipamentos beneficiando a produção de café assim como as industriais de sacarias de juta para a embalagem do café e outras industriais fortalecidas pelo crescimento econômico como a indústria têxtil.” (CANO, 1975, p. 9).

A cultura do café dá importância à cidade em cenário nacional, tornando-a moradia dos grandes agricultores e dos barões, mas também atrativa para outra população de baixa renda que eram, em sua grande maioria, imigrantes⁴. O desenvolvimento industrial levou a um grande crescimento demográfico na passagem do século XIX para o XX. Raquel Rolnik (2014, p. 11) apresenta os seguintes dados: entre 1854 e 1954, a cidade de São Paulo passou de 30 mil para mais de 2,5 milhões de habitantes, “[...] chegando a 10 milhões nas décadas seguintes e transformando-se na principal cidade de um país marcado pela extrema concentração de renda.”

A cidade de São Paulo, já no começo do século XX já tem demarcações de moradias de alto padrão e as moradias populares (as vilas operárias). Segundo Moranguera (2006) a parte alta da cidade, como Higienópolis e posteriormente Avenida Paulista e Jardins, foram elitizadas, enquanto os pobres ocupavam as áreas perto das várzeas⁵, como Brás, Mooca, Belém, Bom Retiro. As margens das ferrovias constituíam, além das moradias populares, local daqueles considerados “marginais”.

Outra forma de moradias de baixa renda em São Paulo no final do século XIX eram os cortiços. Essas eram uma forma de habitações coletivas, sem infraestrutura que agregue os mínimos dignos de moradia, como questões higiênicas e sanitárias. O Código de Posturas de 1886 define a moradia ideal para a classe trabalhadora, conforme o projeto de saneamento da cidade. A inspeção destas moradias foi regulamentada no Código Sanitário do Estado em 1894. Segundo Moranguera (2006, p. 24), “O alvo dos higienistas é inicialmente o espaço público, praças e terrenos baldios, com o objetivo de livra-los da imundice e desinfeta-los, visando a uma cidade mais bonita, urbana e arborizada.” Essa higienização inicialmente é projetada para o espaço público, mas como entendiam que o principal foco de epidemias e doenças eram os cortiços esse projeto se voltou para o espaço privado, mais especificamente nos cortiços que se localizavam, em sua grande maioria, no centro da cidade. Assim, essa forma de moradia era vista não só como um controle dos pobres, mas também risco de doenças para outras classes sociais.

⁴ “A cidade na virada do século já contava com uma população de 250 mil habitantes, dos quais mais de 150 mil eram estrangeiros.” (ROLNIK, 2014, p.16).

⁵ Ainda segundo Moranguera (2006) até 1890 todas as áreas populares, exceto Bexiga e Liberdade, eram várzeas pantanosas.

A urbanização em São Paulo aconteceu na área central da cidade, e os “melhoramentos” são desde a água encanada, o transporte por bondes elétricos, a iluminação pública, a pavimentação das vias e etc. “Enquanto isso, nos bairros populares, a paisagem misturava as chaminés de fábrica à alta densidade das vilas e cortiços, e a infraestrutura urbana se resumia praticamente ao bonde.” (ROLNIK, 2014, p. 17). Segundo Raquel Rolnik (2014) é neste momento que a urbanidade da cidade se constrói, pois há o investimento em áreas centrais, de infraestrutura, e serve para dividir e segregar a população pobre sem que uma classe se misture com a outra.

O modelo proposto por Prestes Maia em 1924 para a urbanização de São Paulo visava, sobretudo, a valorização do transporte público à diesel, ligando a periferia com os bairros centrais. Este projeto também visava a autoconstrução de loteamentos de casas populares na periferia, abafando o problema da moradia da classe trabalhadora e não colocava em risco a valorização de áreas centrais da cidade.

Na década de 1930 a cidade de São Paulo já ultrapassa 1 milhão de habitantes. Abriga políticos e é um centro importante da econômica do país, devido ao surto de crescimento industrial.

No início de 1940 Prestes Maia assume a prefeitura de São Paulo e seu plano de expandir as avenidas é colocado em prática. A construção de avenidas como a Nove de Julho, 23 de maio e Radial Leste definem até os dias de hoje a estrutura básica da cidade.

A expansão horizontal limitada, concepção coerente com o próprio modelo radioconcêntrico de sistema viário proposto pelo plano, foi o elemento que ajudou a configurar a metrópole que temos hoje. A possibilidade de autoconstrução e expansão ilimitada dos loteamentos era a resposta, do ponto de vista da economia imobiliária, à crise, na medida em que permitia os trabalhadores de baixa renda comprar um lote a prestações, num loteamento distante, e ir construindo pouco a pouco sua moradia, ao ritmo de sua capacidade de poupança e do emprego do tempo e esforço familiar no próprio trabalho de construção. Desta forma, viabiliza-se um aumento da oferta de moradia, num quadro de baixos salários. (ROLNIK, 2014, p. 34).

A partir dos anos de 1940 ocorre a verticalização nas zonas centrais da cidade e o centro se consolida como moradia elitizada. É a partir deste ano também que são construídas vias como a Presidente Dutra e a via Anchieta, mudando a geografia das zonas de expansão industrial da cidade. A indústria também se expande para o ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e

Diadema) e para Guarulhos, principalmente a indústria metalúrgica. Em 1950 este processo é intensificado com a chegada da indústria petroquímica.

Em 1950 a cidade de São Paulo tem mais de 2 milhões de habitantes, e cresce mais de 5% ao ano durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, atingindo 6 milhões de habitantes em 1970. Durante a expansão urbana dos anos de 1960 e 1970, ocorre a conurbação com os municípios da atual região metropolitana, sobretudo Osasco e Taboão da Serra (a oeste), Guarulhos (a leste) e o ABC (a sudeste). (ROLNIK, 2014, p. 43).

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) foi criada em 1964, e durante as décadas de 1970 e 1980 a política habitacional era construir imensos conjuntos uniformes de moradias nas extremas periferias. Os conjuntos mais populosos eram: Itaquera 1,2,3 e 4 e Cidade Tiradentes. Para aqueles que não conseguiam esses lotes ocupavam áreas afastadas criando as favelas. Essa política da COHAB tem como consequência a intensificação da segregação da cidade de São Paulo, excluindo do centro, ou da periferia moradores de baixa renda, fazendo com que ocupem o redor da cidade. Outra consequência é a expansão horizontal de São Paulo que cresce de forma desproporcional e desigual. Segundo Raquel Rolnik (2014, p. 51):

Porém o impacto mais devastador desse modelo é, sem dúvida, a radical exclusão territorial a que foram condenados os moradores da extrema periferia – guetos de baixa renda, educação precária, desemprego alto, serviços urbanos deficientes, radicalmente fora dos locais onde circulam as oportunidades. Não há dúvidas que a bomba relógio da violência, que explodiu nos anos 1990 na cidade, guarda um nexos forte com a estrutura urbana que acabamos de descrever.

A demanda por moradia na cidade de São Paulo também gera uma preocupação em áreas de proteção ambiental. Raquel Rolnik (2014, p. 51) relata que o caso mais grave é a construção do conjunto na Zona Sul, o Bororé, no Grajaú em 1976, onde mais de 13 mil moradores se estabeleceram em uma área recém-definida como “proteção aos mananciais”, ao longo de três décadas mais de um milhão de moradores estalaram suas moradias em áreas que não poderiam ser urbanizadas. Este quadro se agrava com a consolidação da indústria na Zona Sul da cidade gerando uma grande demanda de moradia, consequência das ofertas de emprego. Este processo acelerou a ocupação irregular da área e hoje a Zona Sul

concentra o maior número de favelas e de ocupações irregulares de São Paulo, além de ter rios e represas com qualidade comprometida (ROLNIK, 2014, p. 52).

Hoje com mais de 11 milhões de habitantes, sendo 200 mil estrangeiros, São Paulo é a décima cidade mais rica do mundo, com cerca de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e 35% do Estado de São Paulo. Caracterizada como uma cidade industrial conta com 38 das 100 maiores empresas privadas de capital nacional, enquanto que 63% das multinacionais do Brasil estão instaladas em São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010)

O Plano Municipal de Habitação (PMH) de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010, p. 10) traz dados de moradias que não possuem condições básicas para serem consideradas dignas⁶: a cidade hoje tem 889.808 domicílios em áreas de assentamentos precários, sendo 381.151 em favelas, 383.044 em loteamento, 24.522 em núcleo urbanizado, 80.389 em cortiços e 20.702 em conjuntos habitacionais. O déficit de moradias⁷ na cidade de São Paulo também foi apresentado: no total 133.291 domicílios estão nessas condições, sendo 109.672 em favelas, 11.444 em loteamento, 18 em núcleo urbanizado 12.058 em cortiços e 99 em conjuntos habitacionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010, p. 11). E ainda, há na cidade de São Paulo cerca de 13 mil pessoas em situação de rua (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010, p. 12).

1.6.1 A Zona Leste de São Paulo

A Zona Leste de São Paulo conta com cerca de 3.3 milhões de habitantes, 33% do total paulistano e 17,76% da população da Região Metropolitana, é a segunda região mais densa de São Paulo possuindo 11 subprefeituras. Segundo o *site* da

⁶ O PMH considera várias naturezas que caracterizam como moradias inadequadas, que motivos podem ser: “fundiárias, urbanísticas (redes de infraestrutura insuficientes ou impróprias, existência de áreas de risco, carência de áreas verdes, equipamentos sociais e etc.) ou ainda da própria edificação (seja por falta de condições de segurança, salubridade, conforto, seja por não contar com espaço interno suficiente para cada um dos quatro tipos de função – dormir, se higienizar, preparar alimentos e estar).” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010, p. 9).

⁷ Nesse grupo se enquadra moradias que as necessidades básicas só serão sanadas na construção de uma nova moradia “seja por falta de condições de melhoria do domicílio existente por se localizar em área de risco ou precisar de ser removido devido a obras públicas, seja pela necessidade de construir um novo domicílio para atender a formação de novas famílias, devido ao crescimento demográfico ou a eliminação da coabitação familiar” (mais de uma família residindo em um moradia).

Prefeitura Municipal de São Paulo(2004) essa área tem a menor renda familiar da cidade, e estima-se que dentre os 904.089 de trabalhadores desempregados em São Paulo, 358.282 vivem na Zona Leste, ou seja, 40% dos desempregados dos municípios. Entre os empregados no setor formal 33% estão na indústria de transformação e 41% no setor de serviços.

Entre as seis regiões administrativas da Secretaria de Habitação (Sehab) a Zona Leste é a área em que mais concentra moradias inadequadas. No total a Zona Leste possui 227.320 domicílios inadequados, sendo 67.072 em favelas, 154.552 em loteamento, 2.640 em núcleo urbanizado e 3.056 em conjunto habitacional. E ainda possui no total 20.643 déficits habitacionais, sendo 16.578 em favelas e 4.065 em loteamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010, p. 10).

A região da Zona Leste de São Paulo era ocupada já no século XVI pelos colonizadores portugueses que travavam contato com os indígenas que ali habitavam na certeza de encontrarem ouro durante expedições bandeirantes. Com o tempo a região tornou-se pouso das tropas que seguiam de Santos para o Rio de Janeiro, como marco desse período foi fundada em 1622 a capela de São Miguel Arcanjo e no mesmo período outras vilas como os atuais bairros do Tatuapé e a Penha de França, demarcando os primeiros núcleos populacionais.

A importância que a região adquiriu pela rota que formava foi um chamariz para que durante o processo de industrialização da cidade de São Paulo fossem instaladas fábricas de diversos gêneros, atraindo o contingente imigratório que saía das fazendas do interior paulista em direção à cidade, nesse processo ocorre uma divisão sócio espacial da cidade, pois nas regiões centrais estavam assentados os membros da elite industrial e cafeicultora do estado, enquanto que nas áreas das várzeas dos rios que cortam São Paulo e que são mais afastadas do centro instalou-se a classe trabalhadora.

Foi marcante nesse período a construção das vilas operárias em decorrência da instalação das indústrias têxtil e alimentícia, que ocupavam as várzeas por onde passavam as ferrovias. As vilas eram constituídas por casas coletivas e pensões. O primeiro grupo estrangeiro a chegar foram os italianos, por volta de 1888 a 1900.

Segundo Paulo Fontes (NOZAKI, 2009) é necessário considerar na organização social da Zona Leste a presença nordestina chegada através de processos migratórios. O autor destaca o bairro de São Miguel Paulista como protagonista nesse contexto. De acordo com o autor, a ocupação da região embora

fosse muito antiga, no início do século XX ela sofre mudanças acentuadas a partir da instalação da Companhia Nitro Química no bairro. A fábrica que fora pioneira na produção do raion (seda sintética) fez com que o bairro que em 1937 possuía apenas 7 mil habitantes, vinte anos após já contasse com 80 mil moradores. No entorno da fábrica, diz o autor, criou-se toda uma rede de convivência baseada na solidariedade para obliterar as dificuldades comuns que se estendiam desde o preconceito do paulista com o contingente nordestino como a ausência total de serviços básicos de saneamento, iluminação, saúde e educação. O perfil operário da região foi construído de modo diferenciado do restante da cidade, pois São Miguel Paulista já se situava para além do subúrbio varzeano tradicional, o bairro se alocava na periferia, por isso os entraves eram mais acentuados e a distância do centro fez com que por muito tempo os migrantes permanecessem em um mundo à parte, sofrendo com as privações e seus desdobramentos, principalmente a violência.

No entorno de São Miguel Paulista vão se criando bairros muito pobres que em quase sua totalidade abrigam migrantes e a população mais pobre da cidade de São Paulo que escondidos dos grandes centros passam a ter um universo quase que paralelo do restante da cidade, demarcando em definitivo a desigualdade sócioespacial. Tal como foi o caso de Itaquera.

1.6.2 O bairro de Itaquera

À exemplo das regiões já citadas a ocupação de Itaquera data do século XVII sob a forma de áreas destinadas a fazendas ou chácaras de veraneio para a elite paulistana. No fim do século XIX a Companhia Ferroviária Central do Brasil instala seus trilhos pela região atraindo certa população para residir no local, tendo em vista a facilidade para se chegar ao centro da cidade. A instalação da linha férrea altera a dinâmica econômica da região, antes quase toda controlada pela atividade agrícola, principalmente pela produção de pêssegos, negócio levada adiante pelos imigrantes japoneses que se instalaram em propriedades rurais na área.

Ao longo do século XX a estrutura do bairro se modifica e a aparência rural cede lugar à paisagem urbana, ainda que pobre e desestruturada. A facilidade com o qual as pessoas chegavam ao centro fez com que o bairro fosse se tornando um local importante no acesso entre periferia e centro, essa qualidade atraiu novamente migrantes nordestinos, sobretudo pelo baixo custo dos lotes.

Na década de 1980 é lançado no bairro o Conjunto Habitacional José Bonifácio, inaugurado pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo motivando uma explosão demográfica absurdamente alta no bairro. Contudo, a precariedade, a ausência de infraestrutura e a acentuação dos quadros de espoliação urbana fazem com que ao redor dos conjuntos surjam as primeiras favelas do bairro.

Itaquera atualmente conta com aproximadamente 520 mil habitantes, segundo dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, no bairro está sediada a Subprefeitura de mesmo nome que é responsável pela região do entorno. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da área é médio, ocupa a 76º posição no ranking paulistano. Nos últimos anos o bairro sofreu uma intervenção urbana acentuadíssima em decorrência dos preparativos para a Copa do Mundo, alterando toda a dinâmica do local, economia, infraestrutura e cultura local. Foram ativados na região os holofotes da especulação imobiliária e sobre a área, até então uma das mais pobres de São Paulo, agiram planos de intervenção urbana que, antiteticamente, ampliam a espoliação urbana desfavorecendo ainda mais a população local. Este trabalho tem por objetivo analisar mais profundamente os desdobramentos das intervenções modernas em Itaquera, portanto os dados mais contundentes serão comentados nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E AS CIDADES

2.1 A origem dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga

Atualmente os Jogos Olímpicos acontecem de quatro em quatro anos como evento de grande porte, chamando a atenção da mídia internacional e motivando a população mundial a participar, na condição de torcedor, pelas modalidades esportivas que seu país de origem será participante. Por detrás das representações

de amizade entre as nações esconde-se todo um passado de disputa por hegemonia política e econômica, por demonstrações de grandeza e poder. A historicidade deste megaevento está imbricada a diversos contextos conferidos pela modernidade e pelas disputas ideológicas que nela surgem. Todavia, na Grécia Antiga, local de origem de tais jogos, a semântica presente na existência da contenda era outra, que de acordo com o tempo histórico foi completamente perdida, sobretudo pela alteração na forma do homem se relacionar com a natureza, conseqüentemente com sua cultura. Este capítulo tem por objetivo expor o modo como se alteram na relação entre o homem e a sociedade a sua percepção sobre megaeventos, aliás, está no cerne deste capítulo a própria necessidade de rever a invenção deste termo *megaevento*, principalmente pela preocupação de ser o termo (e ser também o objeto) uma das principais expressões das contradições criadas pelo capitalismo.

Muito antes de os Jogos Olímpicos serem uma celebração global eles ocupavam a narrativa dos historiadores clássicos como uma série de competições que tinham à primeira vista um ideal ritualístico. Uma das principais fontes que trata da existência dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga (PEREIRA, 1987)⁸ foi escrito por Pausânias, em sua obra *“Descrição da Grécia”*. O autor, um viajante grego do segundo século da Era Cristã, percorreu durante sua vida diferentes localidades da ilha, tendo feito importantes anotações sobre a região de Élide, localidade onde se situava Olímpia. A *pólis* reunia o templo de Zeus, que por sua vez abrigava a escultura deste Deus feita por Fídias e considerada uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Outros vestígios da existência da realização dos jogos foram descobertos pelos estudos arqueológicos e numismáticos, muitos deles na própria cidade de Olímpia, hoje patrimônio mundial da Unesco.

Em suma, os Jogos possuíam a importância de serem uma celebração a Zeus, e mantinham uma estrutura muito arraigada ao que era efetivamente a sociedade grega. Das anotações de Pausânias, consta que somente eram participantes dos jogos os homens, sobretudo aqueles mais abastados, mulheres e escravos eram banidos da competição. Para os jogos eram escolhidos entre a aristocracia os juizes, que na condição de bons entendedores da modalidade julgariam os campeões, aqueles que mais agradariam aos caprichos de Zeus.

⁸ Sobre a História das Olimpíadas na Grécia Antiga

Mantém-se até os dias de hoje certa similaridade com os jogos praticados na Antiguidade, sobretudo a tríade: corridas-luta-pentatlo, tal informação é oriunda de uma série de pesquisa realizadas com artefatos arqueológicos que datam do século V a.C e que apresentam representações das modalidades.

Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga encontram seu primeiro declínio durante a Guerra do Peloponeso, sobretudo por Élide ter se aliado a Atenas no combate contra os espartanos. Seu declínio total se deve às invasões, primeiramente as macedônicas e posteriormente às romanas.

Tais jogos passam a ter importância novamente no século XIX d.C pelas ações do Barão de Coubertain, que entusiasta da história grega quis reviver um passado de glórias a partir de uma competição de cunho internacional, que tinha por intenção celebrar a paz entre as nações. Não obstante, cabe destacar que a renovação dos Jogos Olímpicos nada tinha a ver com a sua existência no passado, seu caráter ritualístico fica inscrito apenas na história da sociedade grega.

2.2 Os Jogos Olímpicos modernos

Os modernos Jogos Olímpicos tiveram início ainda no século XIX a partir da iniciativa do Barão de Coubertain, nobre francês, que entusiasta que era da história dos antigos jogos que aconteciam na Grécia empenhou-se na organização do Comitê Olímpico Internacional (COI). Segundo consta, Coubertain era pedagogo e historiador e por volta do ano de 1890, animado com as descobertas arqueológicas a respeito do atletismo na Grécia Antiga fez reviver o passado a partir de uma competição internacional que reunisse artistas de diferentes localidades a fim de celebrar o passado olímpico. Ficou estabelecido no Congresso organizado por Coubertain em 1894, em Paris, que os primeiros jogos a se realizarem aconteceriam dali dois anos, durante o verão. Inaugurou-se em tal Congresso a tradição de que a cada quatro anos alguma cidade no mundo seria responsável pela organização de tais jogos. Tal como combinado durante a fundação do COI, no ano de 1896, Atenas, capital grega sediou os jogos olímpicos que marcam sua refundação na história mundial. Os jogos que se seguiram ocorreram em quadriênios sendo respectivamente as sedes Paris e St. Louis, nos Estados Unidos. A participação internacional não foi o forte de tais jogos, mas a partir daqueles que os seguiram já houve maior adesão e as Olimpíadas passaram a chamar mais detidamente a atenção para além do continente europeu.

Nos anos de 1916, 1940 e 1944, os jogos que ocorreriam em Berlim, Helsinque/Tóquio e Londres foram cancelados em razão das guerras mundiais evidenciando que as questões políticas estavam envolvidas na realização dos jogos. Um primeiro exemplo disso foram as Olimpíadas de Berlim, em 1936.

Em 1931, Berlim foi escolhida cidade sede para realização dos Jogos Olímpicos de Verão que ocorreriam dali cinco anos. A escolha se deu principalmente pelo fato da inviabilização dos jogos de 1916 que seriam na Alemanha, sediar o evento para os alemães era um modo de rever o passado, assim entendeu o COI. Entretanto, a subida de Adolf Hitler ao poder no ano de 1933 fez com que os Jogos Olímpicos tomassem outro sentido, a quem do esportivo. Próximo da realização dos jogos, uma série de delegações se manifestou contrária sua realização, haja visto os rumos que o nazismo tomava no país. As acusações de anti-semitismo e segregação racial foram fortes elementos para os Estados Unidos iniciarem uma campanha pelo boicote às Olimpíadas, cientes do risco que corriam os alemães organizaram-se para limpar de Berlim todo tipo de propaganda antisemita e avançaram na construção de um moderno estádio para realização dos jogos. O COI realizou inspeções e garantiu que a cidade possuía boa estrutura e espírito esportivo para a competição.

O fato que chamou a atenção foi que embora tenha havido excelente organização os atletas arianos preparados pela delegação alemã não obtiveram tanto êxito qual os negros americanos, grandes vencedores dos jogos de 36, principalmente Jesse Owens, atleta americano vencedor da prova dos 100 metros rasos, que por conta de sua cor não foi cumprimentado pelo “*Fhurer*”. Dessa maneira, o evento que tomou o caminho de ser uma propaganda do projeto nazista entrou para a história como aquele em que a superioridade ariana não foi confirmada e o nazismo passou a ser difundido como um perigo para a humanidade.

Outros dois importantes fatos que marcaram a realização dos Jogos Olímpicos modernos durante o século XX aconteceram respectivamente, em Munique, no ano de 1972 e nas cidades de Los Angeles, 1980 e Moscou, 1984. No primeiro caso materializou-se durante os jogos um episódio do conflito palestino onde houve um massacre contra a delegação israelense, os atletas foram surpreendidos pelo grupo terrorista “Setembro Negro”, havendo mortes em ambas partes. Os demais episódios são emblemas da Guerra Fria, primeiramente o Bloco Soviético boicotou os jogos estadunidenses e em quatro anos mais tarde os estadunidenses e seus aliados fizeram o mesmo em Moscou.

Tais fatos históricos revelam como as transformações político-sociais durante o século XX tornaram os Jogos Olímpicos palco de afirmação ideológica e de disputa hegemônica. Soma-se as suas mudanças políticas também seu caráter comercial, pois cresceram exponencialmente durante a segunda metade do século XX as especulações em torno do patrocínio e do financiamento privado, alargando as possibilidades de enriquecimento da iniciativa privada a partir dos jogos, o que fez com que as Olimpíadas perdessem seu caráter amistoso e se tornassem um negócio, movimentando diversificadas áreas do capital financeiro. Tais fatos serão comentados adiante.

2.3 A invenção da Copa do Mundo

Sem dúvida, um segundo megaevento esportivo que mobiliza as massas em torno de sua realização é a Copa do Mundo. O torneio futebolístico possui a mesma regularidade das Olimpíadas - acontece a cada quatro anos, um comitê é responsável pela escolha do país sede, desse modo, cada nação que sediará o evento tem por obrigação preparar as localidades escolhidas para abrigo do evento, ao seu final o vencedor recebe os louros por ter sido campeão mundial.

Do mesmo modo que as Olimpíadas a realização da Copa do Mundo está envolta por um esquema financeiro e político que mobiliza diversas forças para sua realização.

A primeira Copa do Mundo foi realizada em um país sul-americano, o Uruguai, que inclusive foi seu vencedor. A ideia de um torneio de futebol, que agregasse todas as federações esportivas do mundo reconhecidas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) partiu de Jules Rimet, francês e primeiro presidente da entidade. Os maiores vencedores da Copa do Mundo são o Brasil, com cinco títulos, a Alemanha e a Itália, com quatro títulos cada, a Argentina e o Uruguai com dois, a Inglaterra, França e Espanha com um título apenas.

Tal como nos Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo precisou ser suspensa durante toda a década de 1940 em função da Segunda Guerra Mundial, pois mesmo quando o conflito já havia cessado os países ao redor do mundo não possuíam estrutura capaz de sediar um evento. Tendo inclusive, no ano de 1950 quando sua realização voltou a normalidade tendo ocorrido no Brasil, país que embora tenha

participado da guerra não tinha um cenário de destruição tal qual as nações europeias ou as asiáticas.

Em torno da realização da Copa do Mundo sempre existe um discurso de que o preparo para o megaevento trará benesses a população, pela ampliação de avenidas, melhor locomoção de público, melhora na infraestrutura pública como reforma de aeroportos, terminais rodoviários, aumento na linha férrea, etc. Se por um lado isso possa ser uma realidade há de se observar com atenção o modo como tal preparo se realiza. Há notadamente uma vantagem na realização de tais eventos em países de economia sólida e de tradição no futebol. Todavia, quando a sede do evento é um país rico em contradições sociais o preparo para o evento pode ser danoso. As construções faraônicas para sediar o evento são um verdadeiro rombo nos cofres públicos e muitas vezes, boa parte da infraestrutura criada é depois inutilizada, são patentes os recentes casos no Brasil e na África, que serão comentados adiante. A invasão do capital privado sobre as economias estatais e a permissão da FIFA para supervisionar as obras e a legislação ao seu redor faz com que os países sedes muitas vezes se tornem reféns das construções, criando um cenário onde apenas saem com vantagens aqueles que se aglutinam em torno de grandes construtoras, empresas patrocinadoras, etc.

O que segue neste capítulo tem por intenção analisar a invasão do capital privado sobre a realização de torneios esportivos e explorar em qual sentido a gestão da cidade é pensada quando sedia um megaevento deste calibre. Em minucia, trataremos ao final do caso brasileiro e as contradições criadas pela Copa do Mundo em três momentos específicos: a primeira Copa do Mundo realizada no Brasil, no ano de 1950, a farsa por detrás da conquista do tricampeonato mundial em 1970 e por fim, objeto deste trabalho a realização da Copa do Mundo em 2014 e as contradições trazidas para o seio da sociedade brasileira durante sua realização, tal qual o cenário de supressão de liberdades civis e o descontentamento populacional que teve seu desfecho no ano de 2016.

2.4 A Copa do Mundo e a cidade

A cidade mercadoria, como discutida anteriormente, vive sob a ordem neoliberal que não coloca empecilhos para uma intervenção privada com financiamento público que vise fortalecer a especulação imobiliária e intensificar a

espoliação urbana. Os megaeventos esportivos é um forte pretexto para este tipo de intervenção, com financiamento público para empresas privadas, como construtoras, clubes de futebol, entre outras obras necessárias para abarcar um evento do porte da Copa do Mundo.

A gestão de uma cidade mercadoria é, como afirma Vainer (2000a, p. 91), assemelhada a uma empresa, por isso tem que ser gerida à maneira que essa dê lucro, contribuindo com a acumulação capitalista e principalmente, gerenciada por empresários. Nesse sentido as intervenções urbanas, em consonância com a lógica capitalista, têm a missão de valorização, de mostrar a cidade para seus compradores, de embelezamento, de segurança, etc. Não lhes é interessante uma renovação urbana que abarque toda uma população, todas as classes, para que assim atendessem as reais necessidades de uma população pauperizada.

Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade deve funcionar com verdadeira empresa (Vainer, 2009), e como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, e coerentemente, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas. Ao final dos inúmeros eventos para a difusão de suas diretrizes, o Banco Mundial deixava clara a nova mensagem: *“o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais”* (UrbanPartnership& The TWU UrbanDivision, 1998). (VAINER, [2011], p. 5, grifo do autor).

Os megaeventos esportivos contribuem para uma renovação urbana que atenda a interesses de determinada classe no que diz respeito ao espaço urbano. As obras de preparação para estes megaeventos são legitimadas, como no caso do Brasil pelo auspício do nacionalismo. As intervenções cidadinas feitas no Brasil para a preparação para a Copa do Mundo em 2014 são justificadas, sobretudo pelo nacionalismo mostrando que o futebol é inerente ao brasileiro. Um exemplo é o discurso da então presidente do Brasil Dilma Rouseff em televisão aberta (PRONUNCIAMENTO..., 2013) afirmando que o Brasil tem que receber as delegações estrangeiras como foi recebido em outras ocasiões. Por isso, o país tem a responsabilidade de preparar uma copa integradora e harmoniosa, a fim de ser notado com bons olhos pelo resto do mundo. Nesta ocasião a presidente do Brasil discursa:

Não posso deixar de mencionar um tema muito importante que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, o único país que participou de todas as copas, cinco vezes campeão mundial e sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos

povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles, respeito, carinho e alegria é assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande copa [...]. (PRONUNCIAMENTO..., 2013).

As renovações urbanas decorrentes dos megaeventos esportivos aparecem em um processo de gentrificação que visam a valorização e resgate de áreas consideradas marginalizadas e entregues para a especulação imobiliária. A revitalização urbana operada através da gentrificação visa retirar uma classe social do local e substituí-la por uma classe abastada. Essas mudanças podem partir de vários atores, como o Estado e o setor privado, em um planejamento modernista acompanhado com setores dinâmicos da economia, como comunicação, publicidade, gerenciamento, grandes centros comerciais etc., esse processo se efetiva. As parcerias públicas – privado são essenciais na revitalização urbana com gentrificação. Como afirma Pezoti (2012, p. 35):

[...] ocorre um conjunto de processos de transformação do espaço urbano que, quando concretizado, possui um caráter excludente e privatizador, através da expulsão da população de baixa renda de determinados bairros centrais e sua substituição por moradores de maior poder aquisitivo; renovando moradias e alterando a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos.

As renovações a partir do processo de gentrificação servem como resgate de áreas que antes não possuíam valor econômico, e por isso residem as classes sociais com menor poder aquisitivo. As causas para que isso ocorra são variadas. Segundo Arantes (2000, p. 31):

Digamos [...] que a gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e conseqüente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescentes das cidades, a precarização da força de trabalho remanescentes e, sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado.

Os megaeventos esportivos devem ser pensados através dessas intervenções feitas nas cidades e a quem ela atinge. A comoção despertada pelo esporte legitima os gastos e a materialidade das interferências urbanísticas. O Estado filiado ao setor privado propaga um discurso falacioso onde a prática assegure a manutenção da

ordem neoliberal, e através de especulações atraia investimentos tendenciosos para o país onde os grandes beneficiários sejam parte do governo e o próprio capital.

2.5 Experiências de intervenções urbanas

No ano de 1992 a Espanha abrigou os Jogos Olímpicos. Sediados em Barcelona, capital da Cataluña, a região historicamente sofreu com as questões separatistas que envolvem o povo basco, que lutam por autonomia perante a Espanha, e se organizam em torno do grupo *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA). Apesar de seus problemas locais, Barcelona tornou-se uma referência positiva sobre os temas que envolvem preparação de megaeventos esportivos pela eficácia e competência com que ocorreram na ocasião referida.

A cidade caracterizou-se pela recuperação de áreas degradadas e isoladas, e por um planejamento que não se estancaria em 1992, mas se estenderia pelos oito anos subsequentes do decênio. Barcelona concentrou os modelos de como se operariam as intervenções urbanas. Entretanto, as críticas não sucumbem as inovações apresentadas pelos Ibéricos, pelo contrário, são elas que nos interessam neste trabalho, tendo em vista que a preparação para os megaeventos no Brasil a perpassam.

Segundo Otilia Arantes (2000, p. 54), Barcelona foi um caso emblemático de como as cidades ocidentais operam intervenções num período posterior a década de 1960, onde a cultura se sobressai a uma alteração mais racional. A autora mostra que em muitas cidades que careceram de intervenções, os planos guiaram-se por dinamizar as atividades culturais representativas de cada lugar. Em outras palavras, colocar em evidência aquilo que as caracteriza em termos culturais, e a partir de tal fato redesenhá-la. Arantes afirma que intervenções dessa natureza não correspondem a soluções viáveis de problemas estruturais, pois intensificam ações de gentrificação, de especulação imobiliária e favorecem apenas o capital privado e a ordem neoliberal. No caso de Barcelona, inúmeros museus foram criados a fim de despertar uma atenção maior daquilo que é característico a Barcelona, ou seja, as artes plásticas, e também revitalizações em áreas turísticas como as praias da cidade.

Obviamente, o que se estava a construir era nada mais nada menos do que a imagem prestigiosa da cidade, voltada sobretudo para o exterior em função da competitividade sistêmica na qual Barcelona se lançava

– o que obrigava a satisfazer a qualquer custo as novas exigências do capitalismo de imagens, do desenvolvimento do terciário avançado a uma arquitetura *upto date*, a ponto de incluir toda uma série de edificações que seguissem o padrão das novas centralidades empresariais das megacidades. (ARANTES, 2000, p. 54).

A questão de organização da cidade em Barcelona é bastante problemática, pois as alterações no espaço urbano são guiadas em nome do lucro e da especulação, ficando aquém da real demanda da sociedade. E para além, o modelo de Barcelona ao ser copiado por demais países quando sediam um megaevento esportivo podem criar um abismo social, principalmente em localidades mais precárias como é o caso da Grécia, da África do Sul e mesmo do Brasil.

Segundo reportagem da *British Broadcasting Corporation* (BBC), a crise desencadeada na Grécia nos últimos anos são reflexos de gastos originados durante os preparativos para as Olimpíadas de 2004. O país tentou reviver os jogos em função de terem sido sobre aquele solo que no período Pré-Helênico eles nasceram. Entretanto o país que sempre esteve a margem da União Europeia, de economia frágil ao contabilizar os gastos em 2004 obteve um déficit de 7,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Os gastos nas Olimpíadas gregas ultrapassaram os 20 bilhões de dólares, praticamente o dobro do que havia sido onerado nos jogos anteriores em Sidney, Austrália.

Recentemente, o país localizado entre o Oriente e o Ocidente enfrentou uma enorme recessão econômica, onde sua única maneira de se livrar, ainda que amiúde da crise foi contraindo empréstimos com nações ligadas a União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A crise acarretou demissões, aumento de impostos, cortes em gastos públicos, etc, o que caracterizou a transferência de recursos públicos que, em tese, deveriam ser investidos em gastos de infraestrutura para toda uma população para saldar dívidas oriundas de megaeventos esportivos.

Embora sejam consideráveis todos os relatos e informações acerca de gastos públicos para megaeventos esportivos, devemos destacar o caso da África do Sul, que de maneira ampla, é o que mais se coaduna a realidade brasileira, em função do favorecimento de empresas imobiliárias e a conseqüente construção de “elefantes-brancos”.

Em entrevista concedida ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, Eddi Cottle, autor de “*South Africa’s World Cup: A Legacy for Whom?*” (PRAÇA, 2011) comenta a oneração de gastos públicos para a Copa do Mundo na África, a propangandização da

FIFA e de empresas próximas sobre promessas referentes a melhores condições sociais. Cottle comenta que em um primeiro momento, a imagem difundida pela FIFA e pelas empresas envolvidas em obras para Copa seria a de como nunca antes, a África do Sul receberia investimentos estrangeiros, e lucraria com turismo, entretanto, o líder sindical adverte que a experiência foi trágica e que a Copa do Mundo gerou apenas um aumento do acúmulo de Capital por grandes empresas privadas. Segundo ele, embora àquela tenha sido a primeira Copa do Mundo realizada na África, foi a primeira vez também que a FIFA obteve seus maiores lucros, isso porque a instalação de empresas estrangeiras para o preparo da Copa não envolveu pagamentos de impostos para o país, além de o próprio governo ter limpado “as ruas de pobreza” e ter tornado mais eficaz a legislação sobre prostituição, evitando que “as profissionais do sexo” fossem mais duramente exploradas.

2.6 A construção da Copa do Mundo no Brasil em 1950

As compilações que reúnem os fatos a respeito da realização de Copas do Mundo atribuem a escolha do Brasil como sede para o evento no ano de 1950 o fato de já existir no horizonte da FIFA o intento de escolher uma nação sul-americana para realizar o evento, como o torneio foi adiado em razão da Segunda Guerra Mundial, tal ideia só fora posta em prática no ano de 1950, na ocasião o Brasil, único competidor para ser país sede não enfrentou grandes barreiras para ser escolhido. Em matéria de Janeiro de 2014 do jornal “O Estado de São Paulo” foi comentado que a preparação para a Copa do Mundo naquele ano seguia a mesma série de erros cometidos em 1950, na ocasião falava-se do atraso das obras a seis meses da cerimônia de abertura do evento. Da primeira vez que o Brasil foi sede do evento esportivo tudo foi feito a tempo, comenta a reportagem, mesmo que às pressas a comissão organizadora tenha tido o trabalho de drenar a água do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, pois o mesmo não atendia a todas as exigências estipuladas pela FIFA.

Em 1950, as cidades brasileiras que receberam jogos foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife. A única cidade escolhida na região nordeste abrigou apenas uma partida, pois as seleções escaladas para disputar o torneio lá se indispuseram com a viagem. Segundo a mesma reportagem, no ano de 1950 a única exigência da FIFA ao que tangenciava a realização do evento dizia respeito ao porte dos estádios, deveriam abrigar em média 20 mil lugares, o governo

brasileiro, entretanto, mandou construir um estádio no Rio de Janeiro com aproximadamente 200 mil lugares, o Maracanã. O Brasil sempre teve grande ligação com o futebol, e no ano de 1950 quase todos os clubes que hoje compõe a elite do futebol brasileiro já haviam sido fundados e vencido campeonatos. Não nos parece que a realização do evento tenha sido descolada de um intento populacional, muito pelo contrário, sua realização foi fomentada pelo governo afim de transmitir uma boa imagem da política nacional, do modo como a “coisa pública” era bem administrada e porque não dizer – realizada também para alimentar os anseios nacionalistas de Getúlio Vargas.

Segundo Gerson Wasen Fraga (2009, p. 176) a possibilidade de alimentar o nacionalismo por meio do futebol encontrou espaço, sobretudo nas crônicas de jornal, bastante comuns nos jornais brasileiros do século passado. O autor inclusive vai além, sustenta, a partir de Eric Hobsbawn (1998)⁹, que a invenção da nação no Brasil teve na Copa do Mundo uma esperança para fornecer um material capaz de fazer com que a população se identificasse, como se fosse um marco capaz de legar historicidade e traço comum ao povo do Brasil a partir de uma capacidade comprovada de conquista, nesse caso, de acordo com anseios populistas estaria a taça da Copa do Mundo.

Verdade seja dita, faltava-nos até meados do século XX o preenchimento desta “*capacidade comprovada de conquista*”. Não que em virtude disto deixaríamos de ser uma nação, mas o problema é que, diante de nós mesmos, faltava algo de que pudéssemos efetivamente nos orgulhar, algo que, para além de mostrar ao mundo, mostrasse ao próprio brasileiro sua capacidade de conquista. É esta a forma com que, ao menos no caso brasileiro de 1950, a nacionalidade está diretamente ligada à realização da Copa do Mundo. O futebol é, neste caso, um substitutivo para a Guerra e para as glórias militares. A conquista que nos faltava, e que comprovaria nossa capacidade e nosso valor como nação, viria não das bombas de artilheiros vestidos de verde-oliva, mas de artilheiros vestidos de branco, com chuteiras no lugar de coturnos e modestos calções e camiseta [...] e tendo como maior testemunha justamente a população que ansiava pela conquista que lhe trouxesse auto-estima, que lhe dissesse bem alto ao ego o quanto de valor existia nesse povo mestiço. (FRAGA, 2009, p. 176).

Ou seja, era necessário encontrar uma unidade, um padrão, algo que identificasse brancos, negros e pardos como verdadeiramente brasileiros. Encontrar esse ponto convergente no processo imaginativo de se tornar brasileiro faria com que

⁹ Sobre a formação do Estado-Nação.

o concerto racial traçado por Gilberto Freyre em “Casa-Grande e Senzala” e adaptado como ideologia no varguismo fizesse mais sentido ainda. Desse modo, o projeto populista (WEFFORT, 1980)¹⁰ que sempre esteve em pauta no Brasil ganharia mais fôlego em sua incansável tarefa de imaginar a população.

Muito embora exista esse panorama e formas de ação do populismo no Brasil por outros meios, esse comentado pelo autor não se efetivou, haja visto que o Brasil perdeu a Copa para o Uruguai nos últimos minutos de jogo, abrindo um vácuo nas expectativas de se tornar campeão do mundo.

2.7 A campanha “Pra frente Brasil” nos anos 1970

Passados vinte anos da decepção na Copa de 1950, o Brasil parecia ter adquirido sua maturidade no futebol, pois já era portador de dois títulos mundiais, ganhados respectivamente em 1958 e 1962 e apresentava na Copa do Mundo sediada no México um futebol, que segundo especialistas, era impecável. Em 1970, a seleção canarinho, alusão a cor da camisa usada pelos jogadores, foi tricampeã e se consagrou em definitivo no futebol mundial, entretanto, havia na conquista do tri uma série de fatores que relacionavam de modo escuso futebol e política no Brasil. Os enunciados já não eram iguais aos da política populista de Getúlio Vargas. Em tal ocasião, o futebol serviu como manto que desviava as atenções dos desmandos do regime civil-militar no Brasil, mas demonstrava mais uma vez como pode ser ardilosa a relação entre tais instâncias.

A ditadura civil-militar foi implantada no Brasil no ano de 1964 a partir da deposição, do então presidente, João Goulart. Jango havia assumido a presidência do Brasil no ano de 1961, substituindo Jânio Quadros, que renunciou à presidência sete meses após sua posse. O governo de Goulart foi fortemente marcado por protestos populares e por promessas de reforma, além das sinalizações para alianças comerciais com países que se situavam no espectro da esquerda como a China e a URSS. Jango foi retirado do governo pelos militares brasileiros e um plano tramado pelos Estados Unidos como forma de coibir o avanço do socialismo sobre a América Latina, principalmente após o apoio da União Soviética à Revolução Cubana de 1959. A partir da tomada do poder pelos militares uma série de proibições e perseguições

¹⁰ Sobre populismo no Brasil.

políticas fariam parte da agenda brasileira. Direitos políticos foram cassados, os partidos extintos, fechamento das casas legislativas e instauração da censura prévia. Na virada dos anos 1960 o Brasil vivia dois períodos ambíguos: o milagre econômico e os anos de chumbo. Às custas de altíssimos empréstimos pelos mecanismos financeiros mundiais o Brasil industrializou-se fortemente e concebeu obras no campo da infraestrutura capazes de dinamizar os setores de produção e transporte, ampliando, desse modo, o número de empregos e a qualidade de vida, por outro lado, embruteceu pesadamente a vigilância sobre a oposição, perseguindo inimigos políticos a partir do Serviço de Segurança Nacional (SNI) que incluía tramar assassinatos e usar deliberadamente métodos de tortura, incentivados muitas vezes por setores abastados da sociedade civil.

Todo a estrutura perniciosa montada pelo regime era facilmente driblada por propagandas ufanistas que tinham como objetivo sentir orgulho do Brasil que aos olhos comuns crescia em ritmo exponencial e era mais próspero do que nunca. Os mecanismos de controle da informação proibiam a veiculação de notícias que evidenciassem os horrores da tortura e do mesmo modo o alinhamento da política estrangeira com o capital financeiro mundial. As campanhas: “Ninguém segura este país” ou “Brasil: ame-o ou deixe-o” eram levadas nos automóveis por cidadãos que consumiam desenfreadamente e faziam a máquina privada funcionar perfeitamente no país ao mesmo tempo em que o Estado se desfazia em “tenebrosas transações”. Em suma, alimentava-se uma ideia do “ser brasileiro”, uma identidade baseada em um amor iludido pelo país, já que suas estruturas não eram aparentes.

Dessa maneira, a campanha da seleção durante a Copa de 70 foi fundamental para os planos do General Emílio Garrastazu Médici, à época presidente da República, pois junto de toda a campanha publicitária que driblava os horrores do regime incentivar a conquista do tri campeonato, em um esporte considerado uma “paixão nacional” acentuava as condições de permanência do regime. Ao mesmo tempo que o “ninguém segura este país” significava os ditos avanços no campo político-social, também servia como alavanca para uma seleção que era implacável com seus adversários. Ao final do certame o Brasil saiu vitorioso e o regime militar também, e as similaridades entre o sucesso da seleção e da economia brasileira eram elementos fortes da campanha tocada pelo governo. Ou seja, futebol e política se alinham em uma campanha onde o nacionalismo aparenta ser a tônica, mas na verdade o que havia era apenas a ação de grupos organizados assegurando seus

interesses e deixando toda uma população alienada a lhes apoiar. O preço disso seria cobrado na década seguinte por uma economia estagnada e uma crise política generalizada.

2.8 A Copa do Mundo no Brasil 2014

A Copa do Mundo de 2014 realizou-se no Brasil. A FIFA escolheu o país como sede em 2007. Após isso foram escolhidas as capitais que sediariam o evento, seriam elas: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Cuiabá, Manaus, Fortaleza, Salvador, Natal e Recife. No momento de preparo para a Copa quase todas as cidades envolvidas tiveram de conviver com as intervenções urbanas que em geral, foram marcadas por parcerias público-privadas, remoções ou ameaças de remoções, além da especulação imobiliária e os problemas decorrentes dessa manobra financeira. O dossiê da ANCOP produzido antes da realização do megaevento esportivo evidenciava já certos fatos que circundavam as obras:

Em Curitiba as grandes obras de mobilidade em oito municípios da Região Metropolitana, a ampliação do Aeroporto e de reforma do Estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada) ameaçam entre 2.000 e 2.500 famílias, em sua maioria de baixa renda. [...].

As obras viárias em Belo Horizonte implicarão na remoção de 2.600 famílias para a ampliação do Anel Viário, que receberam em 2010 uma notificação exigindo que se retirassem do local em 15 dias. Em 2011, após resistência foi oferecida as famílias a inclusão no programa Minha Casa, Minha Vida.

[...].

Outras 15.000 famílias de Fortaleza, sem informação, estão ameaçadas a pretexto de urbanização, promoção de regularização fundiária e melhoria habitacional, no contexto da Copa 2014. [...]

No Rio de Janeiro grande parte das remoções esta relacionada as obras viárias.

[...]

Outro argumento muito utilizado para ameaçar os moradores e o do risco geotécnico ou estrutural. Na comunidade Pavão-Pavãozinho, mais de 300 casas já foram marcadas para demolição [...].

Na região Portuária do Rio de Janeiro, os megaprojetos associados Porto Maravilha e Morar Carioca Morro da Providencia ameaçam famílias de remoção. [...]

Em Porto Alegre, as 4.000 famílias que residem ha mais de 50 anos no Morro Santa Tereza, ao lado do Estádio Beira Rio, estavam em negociação com o governo para a regularização da comunidade. Em 2011 o Governo do Estado emitiu decreto garantindo o direito a moradia das famílias, mas nao sua permanência no local. Duas construtoras já demonstraram interesse na privatização da área para a construção de condomínios de luxo.

[...]

Em Recife, na ampliação do Terminal Rodoviário de Cosme e Damião, 200 casas foram demarcadas e as famílias cadastradas, sem esclarecimento do motivo.

Em Manaus, a obra viária para o BRT deveria atingir 900 famílias compreendendo três bairros da zona leste da cidade [...]. (ANCOP, 2012a, p. 8 -11).

O modo como foram conduzidas as obras e a verba empregada foram motivo de alvo das críticas de diferentes setores da sociedade brasileira, tanto os desdobramentos do preparo, como o a reação a Copa são motivo de interesse no que segue neste trabalho.

2.9 A negação da Copa do Mundo em junho de 2013

O Brasil viveu um cataclismo no inverno de 2013 que mesmo nos situando dois anos após ainda não compreendemos bem o que houve. Tal diagnóstico não é feito primeiramente pela sujeita autora do trabalho, tomo de empréstimo a visão sobre o tema do cientista político André Singer (2013). As jornadas de junho, como ficaram conhecidas as manifestações, iniciaram-se na cidade de São Paulo com o claro objetivo de pressionar as autoridades municipais e estaduais a frear o aumento do preço da passagem do transporte coletivo e fomentar a criação do passe livre para estudantes em geral. Os eventos foram convocados pelas redes sociais por um grupo denominado Movimento Passe Livre (MPL), tal coletivo inspirava-se na luta estudantil travada nas cidades de Salvador e Florianópolis no ano de 2004 que alcançou o objetivo de zerar a tarifa para tal grupo social.

As passeatas iniciaram-se tímidas, atraíram em suas primeiras realizações um número situado entre 5 e 10 mil participantes (SINGER, 2013). Aparentemente inofensiva e pacífica as manifestações – que eram juvenis e estudantis – sem que houvesse motivo aparente, muito embora houvesse, posto que o lucro empresarial sobre o transporte é absurdamente rentável, o estado com seu aparelho repressor tratou de coibir as reivindicações e com o aval do governador do Estado de São Paulo criou-se na Avenida Paulista, um dos principais pontos da cidade, uma verdadeira batalha entre a polícia militar e os manifestantes. Sobre o mando do governador, jovens saíram feridos e do mesmo modo aqueles que cobriam os inéditos acontecimentos. Cabe somar a repressão sobre as mobilizações de junho um

comentário pouco amigável e bastante pretensioso do “comentarista político” das Organizações Globo, o cineasta Arnaldo Jabor. Em sua coluna em um telejornal da emissora o referido comentarista disse que os acontecimentos em questão podiam ser entendidos como “ignorância política”, que boa parte dos participantes eram “filhos da classe média” e que por isso não “precisavam chorar por vinte centavos”. A ação truculenta da polícia militar do estado de São Paulo e o infeliz comentário de Jabor, que desconsiderava a heterogeneidade das manifestações causou na população paulistana um mal-estar tamanho que fez apenas o número de participantes triplicar a cada ato marcado. Antes, entretanto, cabe uma ressalva: André Singer (2013) destaca que havia predominantemente manifestantes universitários ou que já dispunham de diploma de ensino superior, todavia, mais da metade dos participantes em sondagens feitas durante os atos mostraram que estes possuíam renda familiar de até cinco salários mínimos o que implica pensarmos que não era um movimento, até então, de verniz abastado.

Com o aumento do número de participantes, aumentaram também as demandas. Se até então a luta situava-se ao redor da redução da tarifa e a conquista de um passe livre, com a adesão de outro público, pertencente a outras classes sociais e a outra faixa etária, multiplicam-se as bandeiras e o movimento vai ficando difuso e situando-se em um espectro político de difícil identificação.

Foi garantido pela prefeitura de São Paulo e pelo governo do estado o congelamento das tarifas no transporte coletivo, mas nesse momento a centralidade da reivindicação já estava perdida e o MPL sai de cena durante uma entrevista realizada pelo programa da TV Cultura, o Roda Viva.

A redução do preço da passagem era uma nítida crítica aos mecanismos gerados pelo Capital e seu conseqüente acúmulo, portanto era uma pauta de esquerda. A partir do momento que as manifestações incham elas ficam desfocadas e a esquerda participativa completamente perdida, pois não vê condições reais de apoiar as reivindicações de outras classes sociais mais abastadas, que em suma só fazem preservar o *status quo*. André Singer (2013, p. 25), comenta:

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigan- te acordou”, “la ixcreveraugu legal, maixfautødukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos

contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (psc-sp) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto.

Dessa maneira, paulatinamente, a Copa do Mundo passa a ser uma pauta de reivindicação. Seria justa, afinal eram visíveis os gastos no país com os preparativos para o evento, enquanto que o serviço público desmontava cada vez mais. O que tinha uma difícil interpretação era o modo com as pautas eram colocadas e por quem eram colocadas. A esquerda não soube lidar bem com a crítica a Copa do Mundo, mas entendia que ela estava sendo construída para que a população mais pobre não usufruísse dela e por isso não deixava de ver sentido quando se pedia que a educação fosse prioridade, ou que os hospitais tivesse um “padrão Fifa”. Mas muitas vezes durante os acontecimentos de junho de 2013 essas pautas eram trazidas pelos mesmos grupos que militavam em torno do regresso do regime de exceção, ou que pediam maior atenção aos “gastos” da classe média. De modo geral, as intervenções que criticavam os gastos com a Copa não colocavam na hora de pesar seus danos que os maiores prejudicados seriam os mais pobres, aqueles que já estavam sofrendo com ameaças de remoção ou com certa eugenia por parte das instituições.

As pautas de direita fizeram limar as atitudes progressistas dos atos, e nos últimos via-se uma multifacetada população que confundia senso de justiça social com repressão, isso vale lembrar, deveu-se a manipulação dos meios de comunicação e dos setores mais reacionários da população brasileira que viram nas pautas difusas e de direita um modo de frear uma insurreição popular e classista.

Todavia, vale lembrar que as manifestações de Junho de 2013 fizeram crescer absurdamente os anseios políticos da centro-direita e engendraram em grande medida o impeachment da presidenta Dilma Roussef no ano de 2016.

CAPÍTULO 3 CONTRADIÇÕES NO PERCURSO: A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

3.1 A escolha de São Paulo como sede para Copa do Mundo

Conforme salientamos ao longo deste trabalho, São Paulo é a maior cidade da América Latina, conseqüentemente a maior metrópole do Brasil e uma das principais cidades do mundo. É rica em infraestrutura, e apesar de suas desigualdades gritantes possui um *ethos* muito característico de cidade mundial¹¹. Seus recursos abundantes como a rica variedade cultural, a qualidade nos serviços de hospedagem, nos transportes e locais altamente elitizados foram chamarizes para a vinda de turistas estrangeiros durante a realização da Copa do Mundo. Um informativo no sítio virtual do Estado de São Paulo em Outubro de 2011 trazia com entusiasmo as benesses que a cidade ofereceria durante a abertura da Copa do Mundo:

O Governo do Estado também aloca recursos para coordenar as melhorias de mobilidade urbana. Cinco obras viárias estão sendo

¹¹ A expressão não remete a nenhum conceito específico, faz alusão apenas a diversidade e porte da cidade que em razão de suas atividades globalizadas já perde muito em regionalismo e traços singulares.

feitas no entorno do estádio, promovendo novas alternativas de circulação e integração com o esquema de trânsito já existente. [...]. Todas as linhas existentes de trem e metrô passam por expansão e modernização, e São Paulo ganhará duas novas linhas que permitirão a integração dos aeroportos de Congonhas e Guarulhos à rede sobre trilhos: a Linha 17-Ouro do Metrô e a Linha 13-Jade/Trem de Guarulhos, da CPTM, facilitando os deslocamentos dos turistas, da população e dos trabalhadores.

Nas áreas da Saúde e da Segurança, os respectivos profissionais já começaram as atividades de planejamento, treinamentos e simulações para que em 2014, todo o efetivo esteja preparado para lidar com este evento de caráter internacional e de grande porte, além de possíveis situações emergenciais.

Em relação à hotelaria, São Paulo já é a cidade da América Latina com o maior número de quartos - 42 mil - e atende com folga a oferta mínima requerida pelo Mundial. Espera-se que este número chegue a pelo menos 45 mil até 2014. Opções de lazer, tanto na capital quanto no estado, também não faltarão aos turistas: 12.500 restaurantes, 15.000 bares, 6 mil pizzarias, 160 teatros, 299 salas de cinema, sete parques temáticos, 79 shoppings, sete estádios de futebol, 110 museus, entre dezenas de outras atrações. (SÃO..., 2011).

Como se sabe, foram doze as cidades-sede que abrigaram a Copa do Mundo no Brasil, eram elas: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Entre essas, destacaram-se o Rio de Janeiro, palco da final do certame e São Paulo, local da abertura do evento.

Um sítio virtual intitulado “Portal 2014” construído pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco)¹² fez um rol de todas as atividades turísticas que cada cidade dispunha, frisando aos turistas aquilo que de melhor cada localidade poderia oferecer. No trato com a cidade de São Paulo era percorrido novamente seus atrativos culturais e como a cidade era um excelente lugar para que negócios fossem fechados.

Entendemos que mesmo a cidade de São Paulo dispendo de uma atividade futebolística tradicional e já tendo sido sede da Copa do Mundo de 1950, sua escolha no evento de 2014 não quis apenas fazer alusão a tradicionalidade, mas sobretudo quis expressar na ordem do dia o potencial empresarial e gerador de lucro em suas atividades produtivas e ceder espaço para a mesma iniciativa privada na gestão do

¹² Houve durante a realização dessa pesquisa uma consulta, primeiramente geral, dos portais que se dispunham a trazer informações relativas a Copa do Mundo. Salientamos neste trecho aqueles que assimilam o potencial da cidade de São Paulo para as atividades ligadas à iniciativa privada, logo, notamos que as instituições que construíram os *sites* também tinham a preocupação de salientar o efeito altamente positivo da iniciativa privada no trato municipal (SINAENCO, [2014b]).

município. Um exemplo disso foi a criação em Janeiro de 2013 do Comitê Integrado de Gestão Governamental Especial para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 (SPCOPA). Instituído sob forma de decreto¹³ pelo então prefeito Fernando Haddad o órgão previa a mobilização de uma série de secretárias, essenciais ao bom funcionamento da municipalidade como saúde, lazer e segurança pública a disposição da FIFA para que as exigências estipuladas por essa entidade fossem atendidas para o bom funcionamento do megaevento. No horizonte, isso de alguma maneira demonstra os por quês da insatisfação popular com a realização do evento durante as Manifestações de Junho daquele ano.

No mesmo sentido, nos chama atenção dois artigos em específico do decreto de Haddad:

[...] § 1º. Poderão ser convidados, pelo SPCOPA, servidores municipais ou representantes da iniciativa privada que possam colaborar tecnicamente com as propostas e deliberações [...] § 4º. No caso de viagem de membro do SPCOPA, as despesas com transporte, alimentação e acomodação ficarão a cargo da Secretaria Municipal ou da empresa a que se encontre vinculado. (SÃO PAULO, 2013).

Entendemos que a própria municipalidade paulistana criou durante o evento as condições para que a iniciativa privada movimentasse seus ganhos e se coloca como tutora do capital institucionalizado, pois embora haja a movimentação financeira a maior parte da renda recolhida fica como lucro de empresas que estão construindo o evento ao lado do Estado brasileiro e a reversão de tais valores em impostas, sem dúvida salda as dívidas do município com as grandes construtoras dos estádios e vias públicas, ponto este que retomaremos adiante. A lógica da Copa do Mundo em São Paulo, portanto, remete a mentalidade empresarial inscrita no sítio virtual construído pela Sinaenco, conforme advertimos acima:

O entusiasmo, a capacidade de mobilização que o futebol proporciona ao Brasil são potentes motores para que as várias cidades brasileiras possam vencer o desafio de sediar uma Copa. Problemas de saneamento, transportes e até de educação, entre outros, podem ser abordados de forma nova, com o apoio da ampla mobilização que somente a Copa pode trazer ao país. Para o Brasil, a Copa de 2014 é a oportunidade de o país dar um salto de modernização e apresentar

¹³ O Decreto nº 53.697 que institui o comitê em 16 de Janeiro de 2013 foi assinado pelo prefeito Fernando Haddad (SÃO PAULO, 2013).

não só sua capacidade de organização, como também força econômica para captar investimentos e os muitos atrativos que podem transformar o país em um dos mais importantes destinos turísticos do mundo a partir de um futuro próximo. Os números de países que já sediaram a Copa do Mundo de Futebol, comprovam que o evento pode não ser o acontecimento esportivo de maior porte do planeta, mas com certeza é o que tem maior apelo midiático e maior capacidade de gerar recursos para os setores direta e indiretamente envolvidos em sua realização[...]. (SINAENCO, [2014a]).

As ideias socialmente construídas a respeito do futebol, sobretudo naquilo que o coloca como paixão nacional deve ficar em segundo plano, pois o discurso, em verdade, prioriza em chamar atenção ao modo como a iniciativa privada pode resolver os problemas estruturais que afligem a sociedade brasileira, no caso específico de nosso trabalho, a cidade de São Paulo. Estando claro os motivos pelos quais a cidade de São Paulo foi escolhida sede e o modo como foi permissiva com a iniciativa privada para construir o megaevento esportivo, nos cabe então apresentar os resultados dessa parceria não tão benéfica para a população, principalmente aquela residente da Zona Leste do município.

3.2 As construções à luz da parceria público-privada

Como temos sustentado ao longo deste trabalho, dar maior vazão aos empreendimentos da iniciativa privada foi um dos pilares na construção da Copa do Mundo no Brasil. Se realizarmos um estudo detido, caso a caso, veremos que em cada cidade-sede ou nas cidades que abrigaram delegações durante a Copa do Mundo há a presença das parcerias público-privada estruturando as obras. Nos atentaremos, entretanto, ao caso de São Paulo.

Segundo o Portal Terra em um dossiê organizado em 2012 e ainda disponível na internet (TERRA NA COPA, [2012]), as obras exigidas pela FIFA e pelo governo federal no Estado de São Paulo seriam: com relação aos aeroportos a construção de um terceiro terminal de embarque de passageiros em Cumbica, Guarulhos e dois módulos operacionais¹⁴, um novamente em Cumbica e o segundo no Aeroporto de

¹⁴ Segundo as informações da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), módulos operacionais são: “O Módulo Operacional é uma solução de engenharia utilizada em aeroportos em vários países e também em grandes eventos ou para atender demandas específicas. São estruturas modulares com toda infraestrutura de uma sala convencional de embarque e desembarque, tais como ar condicionado, sanitários, sistema informativo de voos etc. Na Rede Infraero, o Aeroporto

Viracopos, em Campinas, à respeito do metrô estava prevista a modernização da Linha 3 – Vermelha, que liga o bairro de Itaquera a Zona Oeste da cidade no bairro da Barra Funda, obras no Porto de Santos como ampliação do cais e implantação de via interna de acesso a zona portuária, o estádio que abrigaria a abertura da Copa do Mundo em Itaquera e as obras viárias no seu entorno.

Os gastos eram estimados de um modo que o Governo Federal custearia, apenas em São Paulo, 1 bilhão de reais em obras, e Estado e Município aproximadamente 480 milhões. Uma reportagem da BBC Brasil (COSTAS, 2013) intitulada “De onde vem o dinheiro da Copa?” de Junho de 2013, explicitava que um antes da abertura do evento o teto de gastos já havia sido atingido e somava 28, 1 bilhões de reais, era a consumação da Copa do Mundo mais cara da história.

No caso, há um ano antes do evento notava-se que boa parte do dinheiro destinada a construção de obras para a Copa do Mundo saía do governo federal, fosse por meio de verbas liberadas ou de empréstimos contraídos pelos estados em parceria com entidades privadas:

Cerca de um terço do valor das obras (R\$ 8,7 bilhões) está sendo financiado por bancos federais – Caixa Econômica Federal, BNDES e BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Boa parte desses empréstimos é tomada pelos próprios governos estaduais, sozinhos ou em parcerias com o setor privado (PPPs), embora alguns empréstimos também sejam contraídos por entes privados (como os R\$ 400 liberados pelo BNDES para o Corinthians construir o Itaquerão). Além disso, as obras da Matriz de Responsabilidade da Copa também consumirão R\$ 6,5 bilhões do orçamento federal R\$ 7,3 bilhões de governos locais (estaduais e municipais). Dos R\$ 28,1 bilhões, apenas R\$ 5,6 bilhões serão recursos privados (que se concentram principalmente nos aeroportos). (COSTAS, 2013).

Dos espaços públicos construídos para a Copa, como, por exemplo, os estádios acreditavam-se que o Estado teria o retorno do dinheiro por meio da concessão dos espaços à iniciativa privada e estes por sua vez com o dinheiro que recolhessem de times de futebol ou de eventos de maior porte quitariam os empréstimos com os bancos públicos.

Outro desmonte do Estado durante a realização da Copa do Mundo, que onerava em muito os cofres públicos vinha das isenções fiscais para a FIFA ou para

Internacional de Florianópolis foi o pioneiro na instalação do Módulo, em dezembro de 2009.” (INFRAERO, [20--]).

as construtoras envolvidas na preparação do certame. Como sustenta a mesma reportagem:

Aprovado em 2010, o Regime Especial de Tributação para Construção e Reforma de Estádios da Copa, programa conhecido como Recopa, garante a desoneração de impostos como IPI, PIS/ Pasep e Cofins, além de tarifas de importação, na aquisição de equipamentos e contratação de serviços para a construção de estádios do mundial [...] De acordo com uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), porém, as isenções de impostos federais concedidas às construtoras responsáveis pelos estádios da Copa somariam R\$ 329 milhões. No caso das isenções para a Fifa, estima-se que o total desonerado ficaria em torno de R\$1 bilhão. (COSTAS, 2013).

Nesse caso, notamos como a iniciativa privada, aliada a uma política econômica simpática a lampejos neoliberal foi eficaz em permitir o acúmulo de capital durante a realização da Copa, tratemos, pois de casos específicos, como por exemplo a construção do Estádio em Itaquera, as obras em seu entorno e todo o gasto público gerado, além do desequilíbrio social na região.

3.3 A construção da Arena Itaquera

O primeiro megaevento que a cidade recebeu foi em 1963 na ocasião da realização dos Jogos Pan-Americanos. Esse megaevento esportivo foi realizado sem grandes investimentos, foram aproveitados espaços já existentes como o Estádio do Pacaembu, onde aconteceu a abertura do evento e outros clubes da cidade, como também espaços públicos. A única construção de fato foi a Vila dos Atletas, que hoje abriga o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Neste espaço ficaram abrigados os atletas e outros membros das delegações. Essa obra, que tinha prazo de três anos para ficar pronta se acelerou e seu termino se deu após cento e cinquenta dias.

Diferente do Pan-Americano, São Paulo investiu pesadamente em obras gigantescas para a realização da Copa do Mundo. A obra mais esperada é a Arena do Corinthians, palco da abertura da Copa do Mundo no Brasil que foi construída pela Odebrecht em Itaquera na Zona Leste de São Paulo, *locus* desta pesquisa. Segundo o Portal oficial da Copa o orçamento para a construção da arena do Corinthians, ultrapassa o valor de todos os estádios dos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010 da Copa do Mundo, realizados respectivamente em *Stade de France*, Estádio Sang-am, Allianz

Arena e Soccer City: estádios de Paris, Seul, Munique e Johannesburgo, construídos para abertura deste megaevento esportivo. Estima-se que cada cadeira do estádio custou cerca de R\$ 17,1 mil (SALGADO; PRADA, 2013). O projeto inicial do estádio abriga 48 mil lugares e tem orçamento de R\$ 820 milhões, mas a FIFA exige que se tenha 60 mil cadeiras no estádio, o que acarretou um acréscimo de R\$ 35 milhões para as 20 mil cadeiras que serão colocadas no estádio e descartadas após os jogos (SALGADO; PRADA, 2013).

O Corinthians teve financiamento total, ou seja, R\$ 820 milhões, para a construção de seu estádio, com verba mista, uma parte oriunda de Prefeitura e Governo do Estado e a outra do Governo Federal, e mediante a norma da FIFA, o Governo Estadual ainda custeará a colocação dos 20 mil assentos móveis ampliando a capacidade de locação do estádio (SALGADO; PRADA, 2013). Segundo o Portal oficial da Copa e dos jogos Olímpicos, o então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, sancionou em 20 de julho de 2011 um projeto de Lei que garantiu a Odebrecht (empresa responsável pela construção da “Arena Corinthians”) até R\$ 420 milhões em Certificados de Incentivos ao Desenvolvimento (CID’S), essa verba poderá ser utilizada pela Odebrecht para quitação de impostos com a Prefeitura tais como o Imposto Sobre Serviço (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O valor concedido pela Prefeitura de São Paulo a construtora é a segunda parte do montante estimado para a principal obra da Copa, vale lembrar que o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) retirou dos cofres públicos R\$ 400 milhões para a mesma obra (SALGADO; PRADA, 2013).

Vê-se nesse caso, a exacerbação das diretrizes neoliberais pôr sobre a política brasileira. A Copa do Mundo, em tese, é um evento privado, que sob hipótese nenhuma deve ser custeado com verba pública, entretanto, numa transação sagaz a Prefeitura de São Paulo, dispondo do conhecimento sobre como se deve proceder na construção de uma Copa do Mundo, ainda assim não se isenta de oferecer incentivos fiscais a uma empresa privada, limando da mesma, as responsabilidades com os pagamentos de impostos, etc. A política brasileira acomodou-se desde os anos 90 nas parcerias público-privadas, isso em função das trocas de favores, enriquecimento ilícito, desvios de verbas, e isenção de responsabilidade social. A Prefeitura de São Paulo permaneceu ligada ao receituário neoliberal, fazendo emergir, mais uma vez, a ineficácia nas gestões e os problemas da centralidade decisória. Entretanto deve haver motivações mais fortes e mais candentes para tomada de postura da Prefeitura de São

Paulo como bem afirma Ermínia Maricato (2013, p. 25), em um comentário sobre obras públicas construídas ao lado de parceiros privados:

A prioridade ao transporte individual é complementada pelas obras de infraestrutura dedicadas a circulação de automóveis. Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além da ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas.

Poderíamos considerar, ainda que com resistência, a existência das Parcerias Público-Privadas (PPP's) se ela ocorresse no sentido de efetivar políticas públicas de mobilidade urbana, todavia, a experiência brasileira só mostra que quando tais negociações ocorrem são feitas sob uma via de mão única, onde o que mais importa é o lucro da empresa privada.

3.4 Um histórico da parceria público-privada no Brasil

Boa parte dos textos que mencionam o tema elencam¹⁵ como a primeira parceria-público privada no Brasil a construção de Ferrovias durante o século XIX em parcerias fechadas pelo próprio Imperador Dom Pedro II com empresas estrangeiras interessadas nos fundos que poderiam ser obtidos com as obras.

No Brasil do século XXI, entretanto, o modelo mais comumente aplicado em tais transações é oriundo do modelo britânico, bastante difundido durante a década de 1980 pela então primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher.

As PPPs fazem parte do quadro das reformas estruturais implementadas pelo governo inglês [...] O Reino Unido (especialmente a Inglaterra) tem sido pioneiro em implementar reformas que buscam a redução do papel do Estado (privatização e liberalização econômica), a transformação do seu papel na vida econômica (regulação) e a flexibilização da sua gestão (New Public Management). [...] O modelo que mais se aproxima do projeto brasileiro de PPP insere-se no âmbito do programa Private Finance Initiative (PFI), lançado em 1992. O PFI, uma “iniciativa para o financiamento privado”, antes de ser uma forma genérica de contratação, é um programa do governo britânico que visa encorajar a realização de obras e a gestão de serviços públicos mediante o apoio do financiamento privado. (PECI; SOBRAL. 2007, p. 2-3).

¹⁵ Ver: Mello (2006) e Talamini e Justen (2005).

No modelo inglês acreditava-se que as parcerias público-privadas trariam entre outros elementos a melhora na qualidade dos serviços públicos, pois tinha-se em conta que o funcionamento de empresas privadas eram mais eficientes do que o das empresas estatais, além do risco de determinados empreendimentos poderem ser compartilhados por ambas as partes. Tal mentalidade, certamente, é devedora de uma matriz liberal que considera o estado mínimo como garantia de bom funcionamento da gestão pública, muito embora a razão das parcerias público-privadas está ancorada ideologicamente na terceira via, e que são concretamente atrativas para países que atravessam recessões econômicas.

Não obstante, o caso brasileiro possui singularidades. Boa parte das grandes obras executadas pelo poder público ao longo do século XX foram custeadas por meio de empréstimos contraídos junto aos grandes sistemas financeiros mundiais, como o FMI, que ao longo da história fizeram o Brasil ser portador de uma dívida externa altíssima. As mudanças promovidas no cenário econômico a partir da Era Lula em 2002 alteraram a lógica do investimento em infraestrutura quando os cofres nacionais não eram capazes de arcar com todos os gastos, nesse momento entram em cena as parcerias público-privadas no Brasil.

No Brasil, a lei que regulamenta as parcerias público-privadas no âmbito da administração pública foi a Lei n. 11.079/04. A Lei é oriunda do projeto 2.546/03 que estabelece as normas para tal intento. Federalmente a lei estava baseada nas iniciativas de alguns estados brasileiros que já adotavam a postura na execução de projetos públicos, como ressaltada por alguns autores:

Oportuno ressaltar, no entanto, que a lei nº 11.079/04 não é pioneira na matéria. Registre-se que, mesmo antes de sua edição, alguns Estados federados a ela se adiantaram, editando seus diplomas próprios, como ocorreu por exemplo com os Estados de Minas Gerais (Lei nº 14.868/03, de 16/12/03), Santa Catarina (Lei nº 12.930/04 de 04/02/04), Goiás (Lei nº 14.910/04 de 11/08/04) e São Paulo (Lei nº 11.688/04, de 19/05/04), normas essas que deverão se adequar aos ditames da Lei Federal no que concerne aos seus aspectos conflitantes ou omissivos. (GIFONI, ROSE, MATEUS, 2005, p. 16 apud SÁ, 2015).

De modo geral, a referida legislação estabelece que a iniciativa privada deve se comprometer em executar os projetos elaborados pelos governos, de modo que sejam respeitados os prazos e a qualidade dos serviços prestados. Boa parte da

literatura à respeito da parceria público-privada destaca que no Brasil este mecanismo auxilia o bom emprego da verba pública, denotando um traço cultural de que o Brasil seria um mal administrador dos impostos e que a racionalidade presente em transações construídas à luz de iniciativas liberais (ou neoliberais) seriam uma saída para o impasse do atraso nacional.

Existem no Brasil, regulamentadas pela Lei 11.079/04, dois tipos de parceria público-privada, a primeira denominada “concessão patrocinada” prevê que além das tarifas cobradas dos usuários para usufruto do serviço também haja transferência de verba da parte dos governos para que seja “bem remunerado” o serviço prestado pela iniciativa privada, caso patente do sistema rodoviário de alguns estados brasileiros a partir da implantação das praças de pedágio.

O segundo caso são as concessões administrativas onde a iniciativa privada não podendo cobrar tarifa de nenhuma natureza do usuário do serviço o próprio governo arca com a remuneração da empresa executora dos projetos, ou concede a administração dos locais ou dos serviços as empresas, caso esse que ocorreu durante a preparação para a Copa do Mundo no Brasil, sobretudo durante a construção da Arena Itaquera onde foram entregues à iniciativa privada: o terreno da construção do estádio, a primazia para as obras e a concessão para o uso.

O jurista Celso Antonio Bandeira de Mello (2006, p.743) comenta a elaboração da legislação do ano de 2004:

A “parceria público privada”, que foi jucundamente auspiciada pelo partido governista – outrora comprometido com os interesses da classe trabalhadora, e hoje ponta-de-lança das aspirações dos banqueiros -, constitui-se na *crème de la crème* do neoliberalismo, pelo seu apaixonado desvelo na proteção do grande capital e das empresas financeiras. Nem mesmo o Governo anterior, em respeito de sua álcree submissão aos ditames do FMI, ousou patrociná-la, talvez por uma questão de decoro.

A crítica, nesse sentido, é bem-vinda, pois esperava-se que com um novo tino governamental o lastro do país com as políticas que se orientam pela existência do estado mínimo tivessem fim, no entanto, o que se assistiu foi a agudização de prerrogativas liberais na gestão pública, tão catastróficas que nos dias de hoje vemos uma série de escândalos que envolvem as referidas parcerias, e nesse mesmo sentido, uma série de ônus gerados para o governo com as obras construídas à luz desse mecanismo para Copa do Mundo em 2014, elementos que comentamos a seguir.

3.5 PPP's e questão urbana no Brasil

No decorrer da pesquisa observamos que sem dúvida o grande legado deixado pela Copa do Mundo no Brasil foi a solidificação das parcerias público-privadas. Dela surgem uma série de outros fatores, que direta ou indiretamente, agravam as condições de vida da classe trabalhadora. Seria, dessa maneira, importante listar e discutir quais são os entraves gerados por esse mecanismo e como é agravado o desenvolvimento da sociedade civil no Brasil.

Entendemos que os problemas aqui listados não são exclusivamente causados pela existência da Copa do Mundo, mas são parte de um problema político-ideológico, que não intenta resolvê-los ao fundo, pois da parte do governo há uma abertura permissiva para que eles ocorram e outros setores da sociedade, sobretudo os mais ricos, lucrem a partir da injeção de verba advinda do estado. Desse modo podemos dizer que dois são circunstanciais a permanência da questão urbana no Brasil: a especulação imobiliária e a privatização de espaços públicos. Os setores que militam em torno da questão urbana insistem em dizer sobre o caráter comercial que as cidades assumem no Brasil e como é penalizada e também culpabilizada a população que não pode arcar com os gastos de conviver com um mercado imobiliário interesseiro e que não direciona nenhum de seus anseios às populações mais pobres, e quando o faz traça paralelos com o enriquecimento de construtoras.

3.5.1 *O problema da especulação imobiliária*

A ação de especular compreende duas acepções antitéticas. A primeira remete a natureza do estudo detido, bem observado enquanto a segunda revela o proveito circunstancial para benefício próprio ou de outro grupo. Diante da questão urbana, especular aponta mais para a segunda definição e se aproxima do caráter que a ação tem no mercado financeiro desde sempre. De modo simples, a especulação de investidores que se valem de determinada situação para assegurar ou ampliar os ganhos de capital de certo setor produtivo. A atitude é indiscriminada no mercado financeiro e governanças alinhadas a uma política neoliberal não medem esforços para consumir seu uso.

A especulação imobiliária, dessa maneira, serve então para tornar atrativa à construtoras negócios de alto valor, não importando os impactos sociais nascidos das negociatas. Na cidade de São Paulo foram muitos os casos em que a especulação imobiliária foi crescente em detrimento ao direito à cidade. Um exemplo seria aquele investigado por Mariana Fix (2001) à respeito das obras na região sul da cidade em uma obra denominada “Operação Urbana Faria Lima”, Inaiá de Carvalho, comenta:

A Operação Urbana Faria Lima, que começou a deslanchar em 1995, quando o então prefeito Paulo Maluf aprovou, na Câmara, uma proposta de extensão dessa avenida e de criação de uma centralidade terciária de alto nível na marginal do rio Pinheiros (região valorizada que ainda dispunha de terrenos relativamente extensos e baratos, com um valor fundiário bastante promissor), com a justificativa de que era necessário atender às novas demandas das grandes empresas globalizadas para ampliar a competitividade urbana de São Paulo e viabilizar sua vocação de cidademundial. Com esse discurso e a realização de grandes obras públicas, a área dessa operação se transformou na maior frente de negócios e de consumo, cercada por bairros residenciais de alto padrão, concentrando novas torres, "edifícios inteligentes" e outros megaempreendimentos e experimentando uma significativa valorização. Mas essas transformações também envolveram a erradicação de algumas favelas que ocupavam as margens do córrego de Águas Espraiadas (onde foi construída uma via expressa) e a substituição de antigas residências unifamiliares das classes médias por edifícios de alto padrão, com a expulsão ou deslocamento de pelo menos 20.000 dos antigos moradores e a elitização da área, com impactos sobre a conformação da cidade e sobre os seus padrões de segregação. (CARVALHO, 2013, p. 545).

Mariana Fix (2001) argumenta em sua tese que existe uma relação entre governo e capital privado para a exploração de certas áreas. De acordo com a autora, especulou-se na década de 1990 que era necessário que a cidade fosse provida de outro centro financeiro, haja visto que a Avenida Paulista, já não supria mais as necessidades que São Paulo apresentava, dessa maneira, o incentivo vindo da Prefeitura para alargamento de avenidas e criação de infraestrutura foi o momento exato para que as construtoras adquirissem por preços módicos, boa parte dos terrenos ainda vagos na região da Avenida Luis Carlos Berrini, que nos bairros que a cercavam, como o Brooklin, resistiam famílias de corte mediano.

Dessa maneira, a elitização do local força não apenas tais famílias a saírem da região, haja visto que a elevação do custo de vida não combinava com os níveis socioeconômicos os quais a região estava acostumada, como também lima da região

uma série de famílias que ocupavam comunidades ao redor, empurrando a população mais pobre para “periferia da periferia”. De acordo com a autora:

Do ponto de vista dos interesses imobiliários, contudo, a favela era um entrave à expansão. Entre dezembro de 1995 e janeiro de 1996, a maior parte dos moradores do Jardim Edith foi violentamente expulsa, retirada que representou, porém, mais do que a remoção de um obstáculo, a possibilidade de grandes ganhos. Os custos com a abertura de uma avenida e a expulsão dos moradores, foram socializados, pela ação da prefeitura, e os ganhos foram capturados por agentes privados, através da valorização dos empreendimentos imobiliários. A condição de ilegalidade em relação à posse da terra foi utilizada para justificar os métodos utilizados na expulsão dos moradores, apesar de a legislação brasileira incluir uma série de dispositivos jurídicos sobre a função social da propriedade e em defesa do direito à cidade como, por exemplo, o usucapião urbano, que permite a regularização fundiária de áreas particulares ocupadas por população de baixa renda para fins de moradia por, no mínimo, cinco anos, quando não há oposição à posse. Os habitantes da favela enfrentaram pressão, violência e terror. Foram ameaçados e forçados a abandonar rapidamente suas casas, sem alternativa de moradia.³⁵ Constituíram movimentos de resistência para reivindicar inclusão no programa habitacional da prefeitura, que prometia construir moradias no próprio local das favelas.³⁶ Impedidos de permanecer no local, os moradores receberam três “propostas”: a) verba de R\$1500,00 (cerca de 1,5 mil dólares pelo câmbio da época, ou R\$ 3600,00 em valores atuais corrigidos pelo IPCA) para abandonar a moradia e se mudar por conta própria; b) passagem de ônibus para voltar à “terra natal”; ou c) apartamento na periferia de São Paulo, na Zona Leste, a aproximadamente 40 quilômetros de distância do local. (FIX, 2009. p. 49-50).

Veremos mais adiante que em Itaquera ocorreu, em razão da Copa do Mundo, fatos similares a este analisado por Fix (2009).

Outro exemplo de alinhamento da gestão pública e iniciativas privadas em intervenções urbanas existiram no bairro da Luz em São Paulo. Um plano elaborado pela Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Gilberto Kassab previa modificar a natureza da região, rica em atividades comerciais, mas também conhecida por abrigar a “Cracolândia”, região em que pessoas em situação de rua perambulam fazendo uso de substâncias psicoativas, estimulando a prostituição e o tráfico de drogas. O objetivo da prefeitura era “limpar” o bairro e construir dar a ele nova finalidade, para isso, a revitalização da região seria necessária, após, seria facilitada a compra de terrenos por grandes construtoras que a preços absurdos venderiam imóveis para elitizar outro local da cidade.

Mas é a partir de 2009, com a introdução da concessão urbanística e a aprovação da Operação Urbana Nova Luz, que vai se cristalizar uma articulação entre o poder local e o mercado, colocando a área em apreço no centro das atenções do capital imobiliário. Levando em conta não um projeto pré-elaborado, mas a experiência dos candidatos na recuperação de espaços degradados, a concessão urbanística transferiu para a iniciativa privada o poder de desapropriar imóveis residenciais e comerciais (cujo valor se encontra atualmente bastante depreciado) para reformar, demolir, construir e lucrar com sua valorização imobiliária e venda. Em troca, deveria ser implementado um processo de revitalização urbana que inclui a recuperação ou a edificação de (novas) calçadas, praças, creches, postos de saúde e ciclovias, assim como a implementação de um polo de comércio e de serviços e de uma área de cultura e entretenimento, com cinemas, teatros e cafés na região. A proposta dessa revitalização não privilegia a produção de habitações de interesse social, orientando-se pela lógica seletiva e excludente do mercado, tampouco inclui mecanismos para restringir a expulsão dos atuais ocupantes da região. Além disso, os cofres públicos municipais deveriam repassar até R\$355 milhões à empresa que vencesse a licitação para restaurar a área, uma vez que os cálculos de viabilidade econômica não consideraram o quanto o negociador dos futuros prédios iria lucrar com a venda dos imóveis e a transformação da área em um bairro moderno e com equipamentos públicos de primeira qualidade, apesar de o faturamento previsto chegar a R\$5,1 bilhões em um período de 15 anos. (CARVALHO, 2013, p. 553).

De acordo com Inaiá de Carvalho (2013), a transação foi impedida pela gestão Fernando Haddad que priorizou o debate com os habitantes da região que sairiam prejudicados com a transação.

Alinhado esse contexto das parcerias público-privadas no Brasil e a permissividade gerada pela orientação neoliberal de governo com construtoras, nos cabe discutir como então se deram os impactos sociais nascidos das intervenções urbanas em Itaquera para a realização da Copa do Mundo. Em uma reportagem da revista "Carta Capital" (MARTINS, 2014), Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ressaltou que o grande saldo da Copa do Mundo foi a especulação imobiliária, sabemos que o caso foi patente no caso de Itaquera, como comentaremos adiante, mas também em outras capitais, outros problemas foram gerados, como, por exemplo, a construção de estádios que atualmente não possuem uma renda suficiente para sua manutenção. São os casos da Arena Pantanal, em Cuiabá, a Arena das Dunas, em Natal, a Arena Amazônia, em Manaus e o Mané Garrincha, em Brasília. Uma reportagem da Folha de São Paulo (MANEO; RODRIGUES; COSENZO, 2016), de Junho deste ano problematizava a construção de estádios em estados que não possuem relevante

atividade futebolística, e por isso não conseguem atrair público para a lotação dos estádios. Cada um destes citados possui em média lotação para 60 mil pessoas, mas quando ocorrer a realização de algum evento e o estádio é utilizado apenas 25% de sua capacidade é ocupada.

Esse fator está atrelado ao caráter meramente comercial e negociável que apresentou a realização da Copa do Mundo no Brasil. Conforme discutimos no início deste capítulo a razão para Copa era a geração de lucro para empresas privadas, vide a construção de estádios em áreas em que o futebol não apresenta tradição. O movimento, desse modo, girou em torno de receitas para construtoras e para movimentar os negócios relativos ao turismo, o que seria válido não fosse a dívida que os estados contraíram para construção de infraestrutura exigida pela FIFA.

3.6 E o direito à cidade em Itaquera?

O Brasil está situado na “*periferia do capitalismo*”¹⁶ esta constatação faz com que o direito à cidade admita duas interpretações, uma clássica, um conceito francês cunhado por Henri Lefebvre e outro mais ligado à luta popular e as contradições típicas da modernidade brasileira.

Segundo Ermínia Maricato (2014), a concepção francesa expressa:

Que seus moradores devem ter o direito à cidade enquanto festa urbana, ou seja, a cidade que expressa diversidade e que utiliza seus espaços mais valorizados para oferecer lazer, cultura e serviços à população. Acontece que a ocupação desse chamado espaço urbano é alvo de uma eterna luta de classes dentro das cidades. Historicamente, as populações menos favorecidas ocupam as periferias das cidades, onde o direito à cidade é mais negligenciado, pois falta, na maior parte das vezes, infraestrutura e urbanização. Aqui no Brasil, a população trabalhadora não consegue entrar na cidade formal. Ela está na periferia, é caracterizada por pessoas excluídas que, ao mesmo tempo, produzem pelas próprias mãos a sua cidade, muitas vezes ilegal, sem transporte público, sem os equipamentos e serviços sociais essenciais, como escolas, museus, universidades, saneamento, iluminação pública.

É diante de tal quadro que nos indagamos: o direito à cidade foi um legado em Itaquera com a realização da Copa do Mundo no bairro, haja visto o aparato infraestrutural fornecido ao local por meio de obras que promoveram a intervenção

urbana? A resposta parece não ser difícil de ser respondida – à despeito de todo emprego da verba pública e de toda a legislação que a cidade de São Paulo dispõe para regulamentação da urbanização dos espaços o que permanece é o lugar que o bairro de Itaquera ocupa por ser uma área periférica consolidada.¹⁷

Tiarajú D'Andréa (2012), suscita uma curiosa discussão a respeito da realização da Copa do Mundo em Itaquera. De acordo com o autor, é possível pensar que a Copa do Mundo seria para os habitantes de Itaquera uma alavanca para a economia do bairro, e do ponto de vista cultural, a construção de um estádio do time que possui o maior apelo celebrativo na região seria merecimento aos torcedores, posto que os mandos de jogo do Corinthians sempre se davam em áreas elitizadas da cidade, como o bairro do Pacaembú ou o Morumbi, entretanto o autor sustenta que tudo ocorreu de outro modo:

A questão principal é a forma como o estádio do Corinthians em Itaquera está sendo imposto. Nesse ponto, foi crucial a construção discursiva que efetuou o imbricamento entre a construção do estádio e a Copa, como se fossem elementos indissociáveis. A partir dessa costura, setores desejosos de que o Brasil sedie os jogos, principalmente pelos ganhos financeiros decorrentes, passaram a ter o apoio acrítico de um importante ator no cenário futebolístico – a torcida do Corinthians – e de um ator social cada vez mais importante: o morador da zona leste. As armadilhas desses apoios são várias. Do ponto de vista futebolístico, a Copa vem sacramentar o cerco ao torcedor comum e ao torcedor organizado. Nos últimos anos, o futebol passa por um processo de elitização capitaneado por empresas televisivas e pelo aparato estatal jurídico-repressivo. Expresso no aumento cada vez maior do preço dos ingressos e na repressão generalizada às torcidas organizadas, vê-se um quadro perfeito para os que manejam o futebol como negócio: a elite e a classe média indo ao estádio, pagando caro, e os mais pobres em casa consumindo futebol via televisão, sem circular pela cidade e dando audiência às emissoras. Do ponto de vista do torcedor organizado, defender a Copa nesses termos é apoiar seu próprio fim. Do ponto de vista urbanístico, os investimentos na região novamente priorizarão a lógica individualista expressa nas vias para automóveis, fundamentalmente

¹⁷Os termos periferia consolidada e periferia não consolidada utilizados neste texto baseiam-se na conceituação efetuada por Haroldo Torres, “A fronteira paulistana”. In: Eduardo Marques e Haroldo Torres (orgs.), São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais, Editora Senac, São Paulo, 2005. Segundo o autor, periferia consolidada seriam os bairros da periferia de São Paulo com nível satisfatório de serviços públicos e de infraestrutura urbana (serviços de saúde e de educação, transporte público, asfaltamento, redes de água, esgoto e eletricidade, entre outros). Em contrapartida, a denominada periferia não consolidada (ou fronteira urbana) seria caracterizada pela precariedade da existência desses serviços. Outra grande diferença entre os dois padrões seriam as taxas de crescimento demográfico, médias no primeiro caso e altas ou altíssimas no segundo. Sobre o assunto, recomenda-se também o trabalho de Camila Saraiva, A periferia consolidada em São Paulo: categoria e realidade em construção, dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional (Ippur), Rio de Janeiro, 2008 (D'ANDRÉA, 2012).

ligando o estádio ao aeroporto. Para além da propaganda, essas obras em nada resolverão os problemas estruturais do bairro. Itaquera, assim como toda a zona leste, precisa de mais linhas de metrô, mas isso não foi levado em consideração pelos governantes. (D'ANDRÉA, 2012).

Frente a isso, podemos destacar que todo o serviço realizado em função da Copa possuía um caráter pontual e comercial, não se pode nem mesmo afirmar que a qualidade de serviços básicos do bairro tenham evoluído consideravelmente, os aparelhos que passaram a constar na região dizem respeito a complexos viários e centros comerciais, aliados a construção de condomínios residenciais destinados a classe média baixa capitaneados por empresas de habitação privadas. Tiarajú D'Andréa (2012) comenta:

De fato, o estádio poderia fazer parte de um projeto realmente sério de desenvolvimento da região, que beneficiasse os moradores também enquanto habitantes da cidade e trabalhadores, e não só em sua face torcedora. O problema do estádio é ele servir como catalisador de apoio a uma Copa que está longe de ser em benefício das classes populares. Pelo contrário, o evento referenda o processo social de apagamento do passado operário e nordestino do bairro de Itaquera. Cabe lembrar que não se é contra processos de urbanização e melhorias urbanas, mas a pergunta a ser feita é: de fato são intervenções que visam à melhoria das condições urbanas para os atuais moradores ou são intervenções pontuais que reatualizarão os processos de expulsão e segregação socioespacial?

Ou seja, o direito à cidade permanece em segundo plano no horizonte da gestão pública, como fica patente na fala dos moradores registradas em uma reportagem da BBC um mês após a Copa.

Por enquanto, o legado da Copa para as centenas de pessoas que moram na Vila da Paz é a água que corre das torneiras de suas casas depois de mais de duas décadas de espera.

A energia, até agora pelo menos, segue apenas como promessa, mas os moradores têm fé que, até setembro, como prometido pela Eletropaulo (empresa que fornece luz em São Paulo) e pela prefeitura, o projeto seja concluído indo além dos primeiros postes de luz já instalados.

"Esse foi o nosso legado. Essa é a nossa Copa do Mundo. A água não chegava para todo mundo, era só pra um lado da comunidade. Agora a Sabesp (empresa que fornece água em São Paulo) veio, instalou tudo e todo mundo tem água. Essa briga nossa já tem 20 anos, só conseguimos agora", explica Drancy Silva.

"As pessoas ajoelhavam e choravam quando eles vieram instalar as torneiras e trouxeram água para cá. Eles não acreditavam", disse

Washington. A água chegou praticamente junto com a Copa, duas semanas atrás.

"Quando vai chegar a luz, Washington?", pergunta um dos moradores na caminhada pela comunidade. "Até setembro", ele responde. "De 2018, né?", ironiza o morador. Washington sorriu e comentou: "Eles não acreditam".

O ceticismo é justificado pelos moradores por promessas feitas e não cumpridas. (MENDONÇA, 2014).

As falas colhidas pela reportagem demonstram a pontualidade das intervenções urbanas em Itaquera. Vamos chegando a conclusão de que efetivamente a melhora na qualidade de vida ficou em segundo plano, porém a população não assistiu inócuos os desdobramentos do evento e da insistência na precariedade das condições ao redor da arena da Copa do Mundo. A sociedade diretamente envolvida, em parceria com a militância, que tornam material a definição de "direito à cidade" (re)caracterizada por Maricato (2013) foram insistentes em denunciar as contradições que envolviam a realização do megaevento esportivo e como o futebol estava sendo forjado para redefinir o espaço urbano.

3.6.1 A resistência em Itaquera

Dois reivindicações foram caras as "Manifestações de Junho": os transportes e a Copa do Mundo, mas para além de ambas, majoritariamente a população exigia drásticas alterações na governabilidade brasileira, trocando em miúdos, o que se esperava era uma alteração semântica na política brasileira. De alguma maneira podemos concluir que a apropriação de determinados grupos pelas bandeiras das manifestações, tal qual o enxerto de tantas outras por entre a classe trabalhadora fez com que o movimento, dialético como é, assumisse novos caminhos e novos ares. Entretanto demarcou o espaço da resistência no Brasil, ou melhor, ampliou-o para além das encruzilhadas e becos escuros onde àqueles que se levantam contra a ordem do capital são executados sem maiores problemas.

É a essa resistência que propomos nos deter nesta etapa do trabalho, sobretudo a que se organiza como Movimento Social levando a cabo os temas da questão urbana, ou seja, o acesso a moradia de qualidade, salubre e digna para classe trabalhadora. O ponto nevrálgico da questão urbana quando relacionada a Copa do Mundo circunscreve-se aos processos de remoção de moradores de

comunidades periféricas próximas as instalações das obras para Copa, assim como da especulação imobiliária que permeia esta vereda.

Erminia Maricato (2013, p. 19-26) traça um paralelo entre os interesses das empresas imobiliárias em programas populares de habitação, tal qual na valorização do subúrbio paulistano com a Copa do Mundo. No tocante as remoções, é interessante pensar como grupos, ligados ou não ao poder instituído atuaram no sentido de conscientizar moradores de comunidades paulistanas sobre os perigos e direitos que os rondam com a eminência das possíveis remoções.

De articulação nacional, o grupo “Copa pra quem?” questionou o caráter estritamente elitizado da Copa do Mundo, as desastrosas ações do governo no apoio a realização do megaevento e os abusos morais por parte da burocracia estatal com o endossamento das práticas que sancionam a remoção de famílias de áreas que passaram a ser nobres sob a velada alegação de que “a pobreza incomoda”. Este grupo esteve atuante nas “Manifestações de Junho” compondo a luta maior que pedia sinceras e reais transformações no quadro político-econômico brasileiro.

Foi mediante esse contexto que um grupo de profissionais paulistanos se organizou no bairro de Itaquera, Zona Leste de São Paulo e criou o grupo Comunidades Unidas (Comunas). A reunião de assistentes sociais, arquitetos, advogados e professores, criou, em conjunto com lideranças comunitárias, um material explicativo, além da promoção de palestras e debates, sobre os perigos das remoções forçadas em áreas próximas ao novo Estádio do Corinthians.

A atuação do movimento social foi sem dúvida instrutiva no processo de tomada de consciência sobre a agudização do fato, e as consequentes maneiras de se lidar com as burocratizações impostas pela Prefeitura de São Paulo.

Por um ponto de vista analítico, têm-se nos moradores após esse processo de contato com os grupos, a certeza de apenas quererem se retirar para um “lugar melhor”, ou seja, uma moradia digna com condições salubres de habitabilidade, e que a Copa do Mundo é elitizada e em nada representa o povo que sofre diariamente os problemas de desigualdade na atual sociedade brasileira.

Outro grupo importante nas lutas por moradia na cidade de São Paulo é o já reconhecido Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que há anos se organizam em torno das reivindicações pelo respeito a função social da habitação e do espaço urbano. A atuação de tal grupo tem sido sintomática na cidade de São Paulo, sobretudo, nas regiões centrais que passam também por um processo de

(re)elitização contemplando reformas em monumentos históricos, processos de restauração em pontos turísticos, além do aproveitamento de antigos prédios para expansão da rede hoteleira.

A resistência permanece ativa, se organizando virtualmente ou ainda que seja de forma mais tradicional, entretanto, não podemos deixar de notar nos atuais embates a materialização da luta de classes, e que negá-la como numa aspiração pós-moderna não define, a complexidade em que se coloca a atual sociedade brasileira. Nem tampouco devemos pensar que as análises devam se deter a meros economicismos, é preciso pensar as categorias que envolvem a estruturação de determinada sociedade no tempo e no espaço, e suas formas dialéticas de relacionamento. Destarte, teremos a totalidade das questões, e seus mecanismos de ajuste, as peças precisas para que se galgue a uma nova ordem societária.

3.6.2 Dois casos: A Viela da Paz e a Copa do Povo

A Viela da Paz existe e resiste na região Leste da cidade de São Paulo há mais de 20 anos. Extraímos de um material produzido por um dos grupos atuantes nos processos de mobilização na Comunidade, o COMUNAS, importantes referências sobre a condição dos moradores que residem no local. O documento intitulado “Plano Alternativo Viela da Paz” intenta-se em traçar diretrizes para conduzir a melhor proposta para os moradores das comunidades ameaçadas de remoção. Nesse plano os moradores pedem manutenção das famílias no atual lugar da comunidade, enquanto aguardam a remoção oficial, a substituição dos barracos de madeira por alvenaria e implantação do sistema oficial de água, luz, esgoto e drenagem.

O plano traça um panorama das condições de vida dos moradores da Viela da Paz, desde os índices de renda *per capita*, as condições de trabalho, etc. Foram entrevistadas para confecção do documento 72 pessoas, das quais apenas 27% possuem emprego formal, 22% em emprego informal e 47% estão desempregados e não contribuem com a renda familiar. 34% dos entrevistados possuem renda familiar inferior a um salário mínimo, 61% possui renda per capita inferior a 339 reais, ou seja, mais de 50% das famílias se enquadram nos critérios para inserção dos programas de transferência de renda, mas apenas 43% afirmam estarem inseridos em tais programas.

Na comunidade Viela da Paz 46% dos adolescentes e jovens não acessam a unidade escolar devido à ausência de vagas na rede educacional e também pela necessidade de trabalhar para contribuir na renda familiar. Escondida na periferia paulistana, ela se situa às margens da Avenida Miguel Inácio Cury em um terreno público pertencente a COHAB-SP. Segundo dados recentes ela abriga aproximadamente 300 famílias e faz coexistirem 236 domicílios (COLETIVO COMUNIDADES UNIDAS DE ITAQUERA et al., 2012-2013, p. 14-24).

A organização de comunidades não figura um fato recente na história do Brasil, e ação de grupos que participam desse processo reiteram a demanda principal que diz respeito ao direito à cidade: a regularização fundiária. Tal proposta é prevista em lei e complementa, ou melhor é ponto de partida para todo direito a infraestrutura urbana. De maneira simples, o Estatuto da Cidade assegura que todo morador de baixa renda, residente em áreas ocupadas ou de natureza similar a Viela da Paz deve ter assegurado o direito de titulação e posse da área em que vive. Um dos principais problemas enfrentados na Viela da Paz diz exatamente sobre a insegurança dos moradores sobre o seu domicílio. De maneira concreta os moradores nunca foram expulsos da área ocupada, mas convivem com as constantes ameaças do despejo. As notificações judiciais da remoção movidas pela Prefeitura de São Paulo sempre foram refutadas pelos promotores de justiça, e na maioria dos casos os moradores nem souberam de sua existência. A criação da Associação de Moradores veio auxiliar em tal problema, pois a partir da mesma, certos moradores são designados a manter contato com os funcionários da Prefeitura responsáveis pela habitação e permanecem atentos aos processos referentes a Viela da Paz, a instalação da internet na comunidade favoreceu o acesso a informação por parte dos moradores, além de ser também uma ferramenta disponibilizada a população local, ora para distração, ora para contribuir na luta de resistência.

Passado um ano da realização da Copa do Mundo e todos os transtornos enfrentados pelos moradores que se estendiam desde a ameaça de despejo até o mal estar de serem vistos como verdadeiros “estorvos visuais” permanecia a esperança da conquista da moradia por meio de programas habitacionais que respeitassem o vínculo dos moradores da Viela da Paz com a região e que não estivessem calcados em projetos de especulação imobiliária.

"Ficou definido que a Eletropaulo faria o cadastramento das casas, definindo numeração e ruas, porque não dá para instalar energia sem isso, e aí depois da Copa ela entraria para instalar, porque não dá para fazer as ligações com o evento acontecendo", explicou a vice-prefeita. "É preciso tirar as famílias da beira do córrego para fazer o esgotamento. Por isso elas vão ser as primeiras a sair." O prazo para a saída dessas primeiras famílias é abril do ano que vem – era junho deste ano, mas houve uma invasão na obra do conjunto habitacional que está sendo construído para elas que atrasou a entrega. "Meus olhos brilham quando eu vou lá. Eu não canso de ir lá. A gente posta no face (Facebook) as fotos. Foi invadido nesta semana, a gente sente como se tivessem invadido a casa da gente", relatou Drancy. (MENDONÇA, 2014).

A fala da vice-prefeita de São Paulo contrasta com a do morador e exhibe o caos que permeia a questão urbana. Ao mesmo tempo que ocorre um processo de retirada dos moradores com intuito de transferi-los para os apartamentos conquistados pela militância em torno do direito da habitação, há outro grupo, oriundo de outra região da cidade que também convive com a espoliação urbana e que se vê condicionado a ocupar áreas de interesse social, ou seja, a questão não é aparente e envolve outras fissuras no interior da política habitacional, que no caso específico diz respeito a São Paulo, mas que está em presente em tantas outras regiões do Brasil.

Nossa pesquisa constatou que alguns apartamentos já foram entregues, mas a comunidade "Viela da Paz" permanece em luta para que se efetivem as promessas da entrega dos apartamentos. Não sabemos aferir, no entanto, como se desenrolará o processo a partir de 2017 com a mudança de gestão na cidade de São Paulo, haja visto que o prefeito eleito, João Dória Jr, não parece ser simpático a avanços progressistas no campo da política habitacional, pelo contrário, apresenta até o momento um projeto privatizante que, em suma, mais acentua a negação à cidade.

Um segundo caso de luta popular que pôs em paralelo a realização da Copa do Mundo em Itaquera e a questão urbana foi o da ocupação "Copa do Povo"

A área situada aproximadamente 5 quilômetros da Arena Itaquera foi ocupada às vésperas da abertura da Copa do Mundo. O terreno de 155 mil metros quadrados chegou a abrigar 5 mil famílias.

A iniciativa de ocupar a área partiu do MTST em conjunto com seus militantes, pois há mais de 20 anos o local não possuía nenhuma atividade de interesse, era um espaço ocioso sem destino certo, o que desrespeita a legislação que versa sobre o solo urbano. O "boom" de moradores ocorreu em função do aumento desenfreado do preço dos aluguéis durante a Copa do Mundo. Famílias com renda *per capita* baixa já não

conseguiam arcar com as despesas familiares após a vertiginosa subida dos valores, de tal maneira que ocuparam a área na esperança dos programas habitacionais efetivarem alguma medida que desse a população as condições para conquistas suas casas próprias.

Ocorre que passados dois anos da realização da Copa do Mundo os trâmites a respeito do local estagnaram-se. Em um primeiro momento o terreno foi comprado com recursos da Caixa Econômica Federal e destinado a programas habitacionais que contemplariam a população que estava no local, mas a morosidade do processo fez com que o Ministério das Cidades não aprovasse os contratos relativos a construção, o que impede que a obra se inicie. A crise no programa “Minha Casa, Minha Vida”, acentua ainda mais os problemas na área, pois é necessário considerar como a partir da segunda metade de 2016 o emprego de verba federal em áreas sociais tem sido cada vez mais raro e se tornado escasso.

A população, dessa maneira, ainda permanece organizada, pressionando as autoridades para o andamento da construção. Muitos dos moradores, no entanto, foram obrigados a morar em parentes, procurar outras ocupações ou retornar a pagar os aluguéis que cresceram na região.

3.7 O saldo da Copa do Mundo na visão da ANCOP

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa surge em meados de 2010 como uma organização civil de caráter denunciante do projeto elitista excludente que estava em pauta sobre as cidades que se tornariam sedes da Copa do Mundo. Composta principalmente pela população que seria diretamente atingida com as intervenções urbanas para a Copa possui também membros ligados à arquitetura, ao direito, a sociologia e outras áreas das ciências que imbuídos de princípios críticos construíam a oposição à realização da Copa.

A ANCOP não denunciava levemente as iniciativas, toda a crítica ia em direção a descaracterização e negação do direito à cidade que ocorria, sobretudo, em nome de projetos que favorecessem o capital privado, nesse sentido, se colocava contrária as construtoras que enriqueceram em nome da especulação imobiliária, da isenção de impostos permitidas pelo governo, da mídia que alimenta os interesses do capital ao não fomentar uma discussão à respeito das violações de direito e principalmente da

FIFA que criou um estado de exceção dentro das cidades sede dos jogos da Copa.

A militância da ANCOP era construída sobre a participação e organização de protestos de rua contra os pilares em que a Copa do Mundo se assentava no Brasil, mas também pela produção de dossiês, elaborados com bastante rigor sobre as violações que ocorriam sobre os direitos humanos no Brasil para a viabilização da Copa do Mundo. No ano de 2012 foi elaborado o primeiro dossiê que já alertava à respeito de como a legislação brasileira retrocedia ao permitir certos atos em favor das exigências da FIFA, principalmente pela efetivação da Lei Geral da Copa, tal lei estava de fato em consonância com as exigências que a FIFA estabeleceu para a realização da Copa suprimindo interesses sociais ou participação social de classes historicamente excluídas, como Carlos Vainer (2013, p. 39) aponta:

A Lei Geral da Copa cria uma nova legislação, em violação aberta ao Estatuto do torcedor. Os monopólios para a concessão de serviços em áreas da cidade ferem os direitos do consumidor. As remoções forçadas de 200 a 250 mil pessoas nas cidades anfitriãs da Copa violam o direito à moradia e à cidade. As populações mais pobres se veem confrontadas a uma gigantesca onda de limpeza étnica e social das áreas que recebem investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade. Os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, as duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas.

Além das exceções ainda há de se considerar que as renovações urbanas se dão na base das parcerias entre o público e o privado em que o Estado financia e investe em obras para alavancar intervenções do setor privado. Essa é uma característica marcante da cidade negócio que se atualiza neste processo sendo estratégico na acumulação capitalista. Diante desse contexto a ANCOP elabora uma carta denunciando os pontos em que a Lei Geral da Copa passava por cima dos interesses sociais:

- a) Preconiza a retirada de direitos conquistados por vários grupos sociais, como a meia-entrada e outros direitos dos consumidores (Artigo 26);
- b) Restringe seriamente o comércio de rua e popular durante os jogos (Artigo 11);
- c) Impede que o povo brasileiro possa assistir aos jogos como achar melhor, limitando a transmissão por rádio, internet e em bares e restaurantes (Artigo 16, inciso IV);
- d) Coloca a União em posição de submissão à FIFA, sendo responsável por quaisquer danos e prejuízos de um evento privado (artigo 22, 23 e 24);

- e) Cria novos tipos penais e restringe a liberdade de expressão e a criatividade brasileira. Chargistas, imprensa e toda a torcida que usar os símbolos da Copa podem ser processados (Artigos 31 a 34);
- f) Desestrutura o Estatuto do Torcedor em favor do monopólio da FIFA (Art. 67);
- g) Coloca em risco o direito à educação, pela possível redução do calendário escolar (Artigo 63);
- h) Permite a venda de bebidas alcoólicas durante os jogos, retrocedendo em relação à legislação existente (Artigo 29);
- i) Transforma o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) numa espécie de “cartório particular”, abrindo caminho para abusos nas reservas de patente (Artigo 4 a 7) e na privatização de símbolos oficiais e do patrimônio cultural popular. (ANCOP, 2012b).

O ponto principal da crítica à Lei Geral da Copa foi seu caráter arbitrário que colocou em risco o estado democrático de direito, pois o Governo chancelou uma atitude vertical da FIFA sobre os direitos assegurados no Brasil, criando, desse modo, um estado de exceção nas sedes da Copa do Mundo, ou melhor, uma cidade de exceção. Este foi um dos principais pontos retomados pela ANCOP no segundo dossiê que a organização construiu em 2014 e que tinha por objetivo tratar das violações de direito durante a realização do evento.

Conhecida como “Ato Olímpico”, a Lei nº 12.035/2009 é a primeira de uma longa lista de medidas legais e normativas que instauram as bases de uma institucionalidade que não pode ser compreendida senão como uma infração ao estado de direito vigente. Nesta lei, entre outras coisas, são asseguradas condições excepcionais e privilégios para a obtenção de vistos, exercício profissional de pessoal credenciado pelo COI e empresas que o patrocinam, cessão de patrimônio público imobiliário, proteção de marcas e símbolos relacionados aos jogos, concessão de exclusividade para o uso (e venda) de espaços publicitários e prestação de serviços vários sem qualquer custo para o Comitê Organizador. Ademais, num capitalismo do qual o risco teria sido totalmente banido, a lei autoriza genericamente “Destinação de recursos para cobrir eventuais déficit operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.” (ANCOP, 2014, p. 9).

Dentre as arbitrariedades permitidas pela legislação pode-se falar da isenção de impostos e de taxas fiscais e alfandegárias as entidades privadas promotoras do evento, ou a cessão de terras públicas situadas nas cidades-sede que foram entregues a iniciativa privada para construção de obras vinculadas à Copa, desrespeitando o destino social das mesmas. No Rio de Janeiro, à exemplo de São

Paulo, foi assinado um decreto¹⁸ que determinava que a Prefeitura da cidade tinha por obrigação fornecer pessoal à entidade promotora da Copa do Mundo e criar condições para o seu acontecimento.

Desse modo, o dossiê trata da negação do direito à cidade ocorrida, sobretudo, por remoções forçadas de áreas observadas pela especulação imobiliária. No caso de São Paulo, o documento exemplifica que o principal local atingido pelas obras da Copa foi a região onde está instalada a Viela da Paz, já comentada neste estudo, segundo o dossiê:

Em **São Paulo**, um plano alternativo mudou os rumos de uma comunidade ao lado do Itaquerão. Localizada em Itaquera, região leste, a Comunidade da Paz ocupa um terreno de propriedade pública, pertencente à Companhia de Habitação de São Paulo – COHAB-SP. A comunidade é constituída por aproximadamente 370 famílias, segundo levantamento cadastral realizado pela Prefeitura em setembro de 2013. Essa área está ocupada pelos moradores há pelo menos 20 anos, constituindo-se em precárias moradias de população de baixa renda. A comunidade está a cerca de 1 km do metrô Itaquera e do estádio que sediou os jogos da Copa do Mundo de 2014 em São Paulo. Além do estádio, nos últimos anos o poder público vem dando incentivos fiscais para empresas se localizarem na região e implementando diversos projetos, dentre os quais, destacam-se a criação de um Pólo Institucional no entorno do metrô e do estádio, um parque linear e a Operação Urbana Jacu-Pêssego. Além disso, também foram implementados equipamentos comerciais como shoppings, hipermercados e grandes redes de magazine na região. O distrito de Itaquera, e particularmente o entorno do terminal de metrô, é exemplar desse novo contexto. Apesar do discurso de que estes investimentos trariam desenvolvimento da zona leste, o que se viu foi um intenso processo de valorização imobiliária que inviabiliza a permanência das famílias mais pobres na região e as obriga a migrar para regiões “mais baratas”, ou seja, mais distantes, desprovidos de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e privados em geral.

Além desse processo de expulsão pelo mercado, chamado “remoção branca”, há outras formas mais ostensivas de expulsão. As favelas da região, especialmente a Favela da Paz, passaram a sofrer ameaças de remoção. Essas comunidades representam uma espécie de empecilho para o “desenvolvimento”, “enfeiam” a paisagem e, sob a ótica do mercado, desvalorizam a região e prejudicam o sucesso dos futuros empreendimentos. (ANCOP, 2014, p. 29).

¹⁸ “[...] o Decreto Municipal nº 30.379/2009, estabelece que o Poder Executivo “envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”. Assim, vê-se o poder público mobilizado para “limpar” terras públicas de habitação e entregar essas áreas à especulação imobiliária, em nome da viabilização dos eventos.” (ANCOP, 2012a, p. 5-6)

Outro tema aventado no dossiê diz respeito à repressão à liberdade de expressão, na imprensa e nos protestos de rua. A dura repressão sobre os manifestantes que militavam acerca das contradições postas pela Copa do Mundo veio acompanhada de uma carga militar fortíssima, demarcando a herança brasileira que as Polícias Militares guardam dos tempos sombrios da Ditadura. Desse modo, o governo brasileiro não poupou esforços em se assimilar aos “anos de chumbo” e criou uma série de legislações que permitia o uso da violência em atividades que fossem tidas como suspeitas, criando um clima de ação antiterrorismo nos protestos contra a Copa. Foi liberada pelo Governo Federal, uma verba de aproximadamente 1,170 bilhão de reais para os serviços de segurança, desse montante, três quartos era apenas para compra de equipamentos, e o restante destinado ao funcionamento dos aparelhos de segurança. O ponto central dessa questão está na chancela que o Poder Executivo dá ao Ministério da Defesa, permitindo que este último convocasse o exército para manter questões de ordem pública. Por detrás desse conluio estava não a preocupação do Brasil em ser alvo de terrorismo durante a Copa do Mundo, mas sim de classificar como terrorismo, como perigo iminente as denúncias feitas nas ruas ao arranjo desmedido criado pelo Estado para a realização do megaevento esportivo, ou seja, o Brasil assimila-se a Ditadura, pois reprime a liberdade de expressão, e do ponto de vista sociocultural preocupa-se bem mais com a aparência da normalidade para os estrangeiros, do que com as reais e candentes questões do povo brasileiro.

Mas as medidas para a Copa não se resumem à compra de equipamentos. Em dezembro de 2013, a Portaria Normativa n. 3461 do Ministério da Defesa passou a prever a utilização do Exército para operações de garantia de lei e ordem. Procedimentalmente, é importante notar que o poder de envio das forças armadas é exclusivo do Chefe do Executivo. No entanto, a portaria em questão, criada por conta dos megaeventos, estende o poder de policiamento constitucionalmente previsto para os militares, que passa a poder atuar nos seguintes casos: (1) ações contra realização de pleitos eleitorais, afetando a votação e a apuração de uma votação; (2) ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio, incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras; (3) bloqueio de vias públicas de circulação; (4) depredação do patrimônio público e privado; (5) distúrbios urbanos; (6) invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; (7) paralisação de atividades produtivas; (8) paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do país; (9) sabotagem nos locais de grandes eventos; e (10) saques de estabelecimentos comerciais. Inicialmente ainda previa “movimentos e organizações” como forças

opponentes aos militares nessas operações, mas o texto foi alterado após forte pressão popular. (ANCOP, 2014, p. 122).

Percebemos que crimes prosaicos, corriqueiros, passaram a ser tratados como questão de guerra, evidenciando a ineficiência do serviço de segurança brasileiro, que insiste em ser militarizado e repressivo. Além é claro, do espectro de exceção que pairou sobre as cidades durante a realização da Copa. O Brasil esteve sitiado e por causa da FIFA, violando direitos historicamente conquistados e negando o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se ateve como a questão urbana é parte contribuinte e ao mesmo tempo reflexo das mazelas de nossa sociedade. Contribuinte por ser o solo urbano estratégico na acumulação capitalista, transformando-o em mercadoria, extraindo o valor de troca deste que é tão caro para a sociedade, de uma vez que seu valor de uso representa a moradia, o trabalho, as relações sociais, a efetivação de grande parte dos direitos, e etc. E se torna reflexo das contradições capitalistas de uma vez que este é segregado, dividido desigualmente, é reflexo da omissão dos direitos – direito a cidade, direito a educação, a viver dignamente e etc.

No Brasil as cidades se desenvolveram a partir do século XX sem, entretanto, superar todas as características coloniais e imperiais, que dentre os fatores podemos destacar a concentração de terras e de poder. Nos anos iniciais do século XX as grandes cidades do Brasil eram vistas como possibilidade de superação do arcaico brasileiro representado pelas estruturas do campo, ou seja, sinalizavam para modernização que se pretendia no país, apenas depois da Revolução de 1930, quando os processos de industrialização foram mais intensos e o país atenua, ainda que amiúde sua primazia agrária.

As cidades modernas e industriais têm como característica a mercantilização do solo urbano, onde a terra deixa de ter um papel somente em função do *status* e passa a gerar lucro. A gestão das cidades se assemelha a uma empresa, que sua função é atribuí-la valor material, sendo as intervenções urbanas, tanto por parte do

Estado, quanto privadas, feitas sem nenhuma política que resguarde o direito a todos os cidadãos ao acesso a cidade, pois a valorização de aparatos públicos – que deveriam servir a todos os cidadãos – exclui a classe que vive do trabalho, por não possuir meios econômicos de comprar essa mercadoria cidade.

Neste sentido, foi discutido no desenvolvimento da pesquisa as revitalizações urbanas que ocorrem com o processo de gentrificação. Este, envolve justamente a negação do direito a cidade, pois em decorrência das renovações urbanas, propositalmente benéficas ao capital e asseguradas por um Estado neoliberal, valorizam determinadas áreas antes habitadas pela classe que vive do trabalho, e em um movimento de resgate desta área para uma especulação imobiliária e comercial, altera-se o perfil socioeconômico dos moradores, ou seja, no lugar de trabalhadores passam a viver elites economicamente privilegiadas. Esse processo sentencia a cidade como um lugar socialmente determinado.

Os megaeventos esportivos que aconteceram no Brasil, a saber; Copa do Mundo e Olimpíadas, agrava este cenário excludente e segregado das cidades. As obras para a preparação das competições têm grande impacto social, pois áreas antes periféricas, passam a ser dotadas de uma infraestrutura que não havia, como a criação de parques, hospitais, áreas de lazer e cultura, etc. O problema neste ponto não é a criação da infraestrutura, mas cria-la operando processos de gentrificação, dinamizados através da especulação imobiliária e aumento do custo de vida. Uma área antes desprovida de tais recursos que majoritariamente era habitada pela classe trabalhadora, após os processos de renovação urbana torna-se cara, destacando o caráter mercadológico que a cidade adquiriu com o neoliberalismo, deixando os antigos habitantes a mercê de sua habitação.

Os processos de preparação dos megaeventos esportivos são embasados e legitimados por um fenômeno atemporal que é a cidade de exceção, onde as leis que asseguram a democracia participativa são desrespeitadas e se criam novas leis a partir do estado de emergência. As especulações financeiras por detrás dos megaeventos propiciam tal fenômeno e subsidiam sua execução. Leis são alteradas ou simplesmente ignoradas. A população diante deste cenário fica à mercê de uma nova legislação sem amparo e subsídios.

A Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2012), ou Lei Geral da Copa, é um exemplo do Estado de Exceção. Esta lei constitui de uma série de concessões a empresas privadas como é o caso da FIFA, que no ano de 2014 terá livre acesso ao

país, e ainda deslegitima leis já implantadas de interesse público como é o caso do Estatuto das Cidades que prevê que as intervenções urbanas devam atender toda a população cidadina. A lei Geral da Copa de fato está em consonância com as exigências que a FIFA estabelece para a realização da Copa e interesses sociais ou ainda que abrangesse mais classes sociais são esquecidas.

No caso da preparação da Copa do Mundo no Brasil podemos afirmar que se relacionam de forma dialética: os processos de gentrificação e o estado de exceção diante da ofensiva neoliberal em consonância com as formas de especulações financeira e comercial.

As realizações de tais megaeventos com todos os elementos apresentados acima acontecem em detrimento da classe que vive do trabalho. O impacto social decorrente destes são inúmeros e ferem a própria constituição federal em vários sentidos como o direito trabalhista com o “Programa de voluntários para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014”, ou ainda com a permissividade do Estado frente ao não cumprimento dos encargos trabalhistas com os operários que aturam nas construções para Copa.

Durante a realização da pesquisa apreendeu-se como a questão social se agravou diante da preparação para Copa do Mundo, buscou-se mapear neste trabalho tais implicações relacionadas a questão urbana.

A preparação da Copa do Mundo em São Paulo, mais especificamente na região Leste da cidade *lócus* desta pesquisa, envolve a maioria dos elementos apresentados em nossa análise. Flexibilização da legislação afim de especulação, e incidência de processos de gentrificação, são marcantes no caso São Paulo. A competição foi realizada em uma área que abriga cerca de quatro milhões de habitantes e é caracterizada por ter o menor índice de renda per capita paulistano. Itaquera, local que sediou a abertura da Copa do Mundo passou por um processo de revitalização urbana, na área foram criados parques, centros de comércio, vias rápidas de acesso a aeroportos e hotéis. Esse processo alterou drasticamente o custo de vida na região, sobretudo com relação aos imóveis da área.

Discutir questão urbana envolve pensar como o caos pós-moderno desorganiza até as estratégias de planejamento de uma cidade, sobrepondo a cultura à infraestrutura, desconsiderando que a cultura e a cidade são de todos, e é parte na construção das relações sociais.

Uma Copa do Mundo nunca foi apenas uma Copa do Mundo, historicizando tais eventos entendemos que por detrás de seus arranjos sempre houveram interesses maiores que foram econômicos, políticos e ufanistas. A segunda Copa do Mundo do Brasil agrava a questão social, endossa a visão da cidade como negócio e desestabiliza a vida de moradores.

Importante nessa luta é a participação dos movimentos sociais, que às vezes, ou quase sempre sem nenhuma forma de apoio, fomentam debates grandes, sobre a importância da consciência de classe na questão urbana frente ao caos político-econômico brasileiro, e o papel do morador da periferia ou das comunidades na transformação do quadro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANCOP. *Dossiê da articulação nacional dos Comitês Populares da Copa: sumário executivo: Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Rio de Janeiro, jun. 2012a. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15133349-Megaeventos-e-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 set. 2013.

_____. *Lei Geral da Copa: um “chute no traseiro” do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, 9 mar. 2012b. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/2012/03/09/lei-geral-da-copa-um-chute-no-traseiro-do-povo-brasileiro/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. *Dossiê: Megaeventos e violações dos direitos no Brasil: articulação nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: _____.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30 ed. São Paulo: Ática, 1997.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 18, p. 15-38, jul./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. Lei 10.257, de 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. Lei 11.079/04, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. *Portal da Copa*. [S.l., 2014]. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. Lei 12.663, de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jun. 2012. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 23 set. 2013.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Capital imobiliário e desenvolvimento urbano. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 26, p. 545-562, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n69/09.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

COLETIVO COMUNIDADES UNIDAS DE ITAQUERA et al. *Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz*. São Paulo, 2012-2013.

CORREA, Vanessa. Fabrica que deu cara a São Miguel é tombada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de maio 2012. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/45298-fabrica-que-deu-cara-a-sao-miguel-e-tombada.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

COSTAS, Ruth. De onde vem o dinheiro da Copa? *BBC*, London, 27 jun. 2013. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru>. Acesso em: 10 nov. 2016.

D'ANDRÉA, Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, 3 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1155>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FIX, Mariana. *A “fórmula mágica” da parceria pública privada: operações urbanas em São Paulo*. São Paulo, [2001]. Disponível em: <http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/fix_formulamagicaparceria.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação ou a arte de renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, p. 41-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/03.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FRAGA, Gerson Wasen. *“A derrota do Jeca” na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. *A Revolução Industrial: a era das revoluções 1789-1848*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INFRAERO. *Obras e investimentos: módulo operacional*. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/obras-e-investimentos/modulo-operacional.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do conselho geral da província de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 197-215, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n55/a10v28n55.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MANEO, Adriano; RODRIGUES, Eduardo; COSENZO, Luiz. Arena da Copa do Mundo se revelam elefantes brancos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/06/1780738-neo-apos-2-anos-estadios-da-copa- ficam-vazios.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: VAINER, Carlos et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. O direito a cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo. [dez. 2013]. Entrevistador: Rede Mobilizadora COEP. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depender-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Miguel. O maior legado da Copa foi a especulação imobiliária. *Carta Capital*, São Paulo, 15 maio 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-maior-legado-da-copa-foi-a-especulacao-imobiliaria201d-463.html>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. L. 1. t. 2. (Os economistas).

MELLO, Celso Antônio B. de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDONÇA, Renata. Para 'excluídos da festa' em Itaquera, Copa trouxe água, luz e esperança após 20 anos de luta. *BBC*, São Paulo, 10 jul. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140709_wc2014_legado_copa_itaquera>. Acesso em: 22 set. 2016.

MIAGUSKO, Edson. Antes da copa, depois do Pan: impactos sociais e renovação urbana no Rio de Janeiro. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. 2011, Salvador. *Anais....* Salvador: Ed. UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1314387476_ARQUIVO_AntesdaCopaedepoisdoPan-impactossociaiserenovacaourbananoRiodeJaneiro.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Habitação*. Brasília, DF, nov. 2004. (Cadernos M. Cidades Habitação, 4). Disponível em: <http://www.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/03/21/ED36F85B-B29E-4E4C-98A5-49FE5E89F35B.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOZAKI, Willian Vella. Resenha: Paulo Fontes, Paulo Fontes, Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945- 1966). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, 346 pp. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 305-319, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a15.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PECI, Alketa; SOBRAL, Filipe. Parceria público privada: análises comparativas das experiências britânicas e brasileiras. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-14, jun. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5026/3760>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PENNA, Adriana Machado. Megaeventos esportivos no Brasil: Políticas públicas para a expansão do capital. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 7., 2012, Campinas. *Anais...* Campinas: Ed. Unicamp/IFCH, 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6521_Penna_Adriana.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Goubenkian, 1987. (Cultura grega, v.1).

PEZOTI, Rosângela Helena. *O projeto Nova Luz e a participação dos sujeitos coletivos e políticos: um processo de reurbanização em questão*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

PRAÇA, Alexandre. África do Sul 2010: legado no bolso da FIFA e seus parceiros. *Le Monde Diplomatique*, [São Paulo], 1 nov. 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/africa-do-sul-2010-legado-no-bolso-da-fifa-e-seus-parceiros/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Habitação. *Plano Municipal da Habitação: PMH2009-2024*. São Paulo, 2010.

_____. *Urbanismo: programa de desenvolvimento da zona leste*. São Paulo, out. 2004. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/urbanismo/zona_leste/index.php?p=362>. Acesso em: 25 set. 2013.

PRONUNCIAMENTO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, DF, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 15 set. 2015.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2014.

RUBIN, Graziella Rossato; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 201-2013, 2014.

SÁ, Libório Gonçalo Vieira de. *Os principais pontos polêmicos da Lei das Parcerias Público-Privada*. [Teresina], set. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42740/os-principais-pontos-polemicos-da-lei-das-parcerias-publico-privadas>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SALGADO, Diego; PRADA, Rodrigo. *Arena Corinthians é o estádio de abertura mais caro de todas as Copas*. São Paulo, 14 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/11391/ARENA+CORINTHIANS+E+O+ESTADIO+DE+ABERTURA+MAIS+CARO+DE+TODAS+AS+COPAS.html/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SÃO Paulo será sede da abertura da Copa do Mundo de 2014. São Paulo, 20 out. 2011. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/sao-paulo-sera-sede-da-abertura-da-copa-do-mundo-2014-1/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SÃO PAULO. Decreto n. 53.697, de 16 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a instituição, composição e funcionamento do Comitê Integrado de Gestão Governamental Especial para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 – SPCOPA. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 fev. 2013. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=/2013/diario%20oficial%20cidade%20de%20sao%20paulo/fevereiro/01/pag_0001_CC7FTG887RHHKe41R9H0JL44GTQ.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

SILVA, Ana Amélia da. *Reforma urbana e o direito à cidade*. São Paulo: Pólis, 1991.

SINAENCO. *Por que o Brasil*. São Paulo, [2014a]. Disponível em: <<http://sinaenco.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. *Portal 2104*. São Paulo, [2014b]. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Análise urbana na obra de Milton Santos. *Caderno Prudentino de Geografia*, Ituiutaba, n. 21, p. 25-42, jul. 1999. Disponível

em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/marian21.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

TALAMINI, Eduardo; JUSTEN, Monica Spezia (Coord.). *Parcerias público-privadas: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

TERRA NA COPA. *Projetos e obras da Copa de 2014*. São Paulo, [201-]. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/infograficos/projetos-e-obras-copa-2014/>>. Acesso em: 2 maio 2016.

VAINER, Carlos B. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro, 2011]. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excacao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000b.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In: VAINER, Carlos et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a justiça. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, ano 11, n. 44, p. 341-346, jul./set. 2003. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo, ago. 2005. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra. 1980.